**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA
SMILES FIDELIDADE S.A.
(“COMPANHIA” OU “SMILES”)**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
30 DE ABRIL DE 2021
(“AGO”)**

Barueri, 30 de março de 2021

A Administração da **Smiles Fidelidade S.A.** ("Companhia") apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM nº 481/09"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia a se realizar no **dia 30 de abril de 2021, às 10h.**

Em função dos impactos decorrentes do novo coronavírus ("COVID-19") e das medidas protetivas recomendadas pelas autoridades sanitárias, em especial as restrições de deslocamentos e aglomeração de pessoas, a AGO será realizada de forma exclusivamente digital, com participação pessoal ou por procurador devidamente constituído há menos de 01 (um) ano, por meio de sistema eletrônico de votação à distância a ser oportunamente informado ("Plataforma Digital"). Os Acionistas que queiram participar da AGO deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;
- Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso;
- Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, emitido com data máxima de 2 (dois) dias anteriores à data da realização da AGO.

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente;
- Documento de identidade com foto do representante legal;
- Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e
- Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 2 (dois) dias anteriores à data da realização da AGO.

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários;
- Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente;
- Documento de identidade com foto do representante legal;
- Instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso; e
- Comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária emitido com data máxima de 2 (dois) dias anteriores à data da realização da AGO.

Documentos assinados digitalmente devem ter assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da Lei 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos de representação dos Acionistas (incluindo, sem limitação, atos societários, regulamentos de fundos de investimentos e procurações) lavrados em língua estrangeira, devidamente notariados e consularizados ou apostilados, conforme o caso, deverão ser traduzidos para a língua portuguesa. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Os Acionistas, para participar da AGO por meio de sistema eletrônico de votação a distância, deverão enviar a documentação para o e-mail ri@smiles.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até o dia **28 de abril de 2021** e solicitar o acesso ao sistema. A Companhia informa que, após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na AGO, enviará os convites individuais e as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de votação a distância

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação na AGO por meio do sistema eletrônico de votação a distância, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO, este deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@smiles.com.br ou pelo telefone +55 (11) 4841-1820 – em qualquer cenário, antes das **10h horas do dia 30 de abril de 2021**, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

Em linha com o §1º, inciso II do artigo 21-C da ICVM 481, a AGO será integralmente gravada e, nos termos do artigo 21-V, §1º da ICVM 481, o Acionista devidamente credenciado que participar da AGO por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da ata.

Nos termos do artigo 5º da ICVM 481/09, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico de votação a distância de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia recomenda que os Acionistas que queiram participar da AGO garantam previamente a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com os requisitos técnicos do sistema eletrônico e acessem o sistema eletrônico de votação a distância com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência da AGO. Reforça-se que a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGO por meio eletrônico, decorrente de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos.

O acionista também poderá exercer o voto na AGO por meio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos dos Artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, cujos modelos foram disponibilizados no website ri.smiles.com.br e no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o BVD ao e-mail ri@smiles.com.br.

As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador, ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da AGO (ou seja, até **23 de abril de 2021** (inclusive)), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

No caso de envio direto à Companhia, o BVD, devidamente rubricado e assinado (com a identificação clara de seu signatário), deverá estar acompanhado dos demais documentos indicados acima.

Após o prazo para o voto a distância, ou seja, **23 de abril de 2021**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador, os acionistas não poderão mais alterar as instruções de voto enviadas, exceto na própria AGO via participação por meio da Plataforma Digital, quando poderão solicitar especificamente para desconsiderar as instruções de voto enviadas por BVD antes que a respectiva matéria seja submetida à votação.

Nos termos do Artigo 21-U da ICVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista que optar por enviar o BVD diretamente a ela, em 3 (três) dias do seu recebimento, se o BVD e os documentos recebidos (i) são suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do BVD e documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários.

Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, e o artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, o percentual mínimo do capital votante para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

O Departamento de Relações com Investidores da Companhia está à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

*_*_*

ÍNDICE

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	6
1. ASSUNTO: Aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.	6
2. ASSUNTO: Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e distribuição de dividendos.	7
3. ASSUNTO: Aprovação da proposta de Orçamento de Capital da Companhia para os exercícios sociais de 2021 a 2024.	9
4. ASSUNTO: A fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato.	10
5. ASSUNTO: Eleição dos membros do Conselho de Administração.	11
6. ASSUNTO: Fixação da verba global anual da remuneração dos administradores para o exercício de 2021.	13
Anexo I - Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos Diretores.....	15
Anexo II -Destinação do Lucro Líquido.....	58
Anexo III – Proposta de Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2021a 2024	64
Anexo IV - Itens 12.5/12.10 do Formulário de Referência	65
Anexo V - Remuneração dos Administradores – Item 13 do Formulário de Referência..	72

PROPOSTAS À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. ASSUNTO: Aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO

- que a Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) estabelece que anualmente haja uma assembleia geral ordinária para tomar as contas dos administradores, bem como para examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e
- que as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria foram auditadas pelos auditores independentes, apreciadas favoravelmente pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

PROPOMOS

A aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os Administradores comentaram as demonstrações financeiras e os resultados da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, III da Instrução CVM 481/2009, os quais seguem anexos à presente proposta na forma do **Anexo I**.

2. ASSUNTO: Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e distribuição de dividendos.

CONSIDERANDO

- que, conforme demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou lucro líquido de R\$195.956.724,38 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos); e
- que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de novembro de 2020, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio pela Companhia, a serem imputados líquidos de imposto de renda ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2020, correspondentes a um montante bruto de R\$53.945.960,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais).

PROPOMOS

A seguinte proposta de destinação para os resultados apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, cuja proposta detalhada, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481/09 encontra-se anexa à presente Proposta na forma do **Anexo II**:

- (i) Destinação do valor de R\$9.797.836,22 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos) para a Reserva Legal;
- (ii) Distribuição de R\$46.539.722,04 (quarenta e seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e vinte e dois reais e quatro centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após constituição de reserva legal na forma do artigo 202 da Lei das S.A., como dividendo mínimo obrigatório. Consignar que, em razão dos juros sobre capital próprio aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de novembro de 2020, já pagos aos acionistas, no valor total bruto de R\$53.945.960,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais) e no valor líquido de imposto de renda de R\$47.252.176,61 (quarenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e um centavos) ("JCP 2020"), os quais foram imputados líquidos de imposto de renda ao dividendo mínimo obrigatório, não restando pendente o pagamento de qualquer valor aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório; e
- (iii) Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de R\$139.619.166,12 (cento e trinta e nove milhões, seiscentos e dezenove mil, cento e sessenta e seis reais e doze centavos), o montante de (i) R\$712.454,57 (setecentos e doze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) foram distribuídos aos acionistas a título de dividendos complementares, os quais também já foram pagos aos acionistas da Companhia no âmbito do JCP 2020, não restando pendente o pagamento de qualquer valor aos acionistas a título de dividendos complementares; (ii) R\$6.693.783,39 (seis milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos) foram utilizados para pagamento do imposto de renda na fonte incidente

sobre o JCP 2020;e (iii) R\$132.212.928,16 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e doze mil, novecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos) será destinado à conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta de orçamento de capital constante do item 3 abaixo.

3. ASSUNTO: Aprovação da proposta de Orçamento de Capital da Companhia para os exercícios sociais de 2021 a 2024.

CONSIDERANDO

- que, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a retenção de lucros depende da aprovação, pela Assembleia Geral, de orçamento de capital elaborado pela administração da Companhia; e
- que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 8 de março de 2021 ("Reunião"), foi aprovada proposta para retenção do montante de R\$132.212.928,16 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e doze mil, novecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos) do lucro líquido apurado ao final do exercício social de 2020.

PROPOMOS

A aprovação do orçamento de capital constante do **Anexo III** à presente proposta para os exercícios sociais de 2021 a 2024, observado o disposto no item 2 acima.

4. ASSUNTO: A fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato.

CONSIDERANDO

- que, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo 5 e, no máximo 11 membros, e compete à Assembleia Geral determinar a quantidade de membros a serem eleitos;

PROPOMOS

Que seja fixado em 5 (cinco) o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos.

5. ASSUNTO: Eleição dos membros do Conselho de Administração.

CONSIDERANDO

- que, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem ser eleitos pela Assembleia Geral, observado que ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, dos conselheiros a serem eleitos devem ser Conselheiros Independentes, conforme o Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiros eleito(s) mediante faculdade prevista pelos artigos 141, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações;
- que, para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 e o artigo 4º, I, da Instrução CVM 481/09, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento);
- que o acionista controlador da Companhia indica as pessoas abaixo, cujas informações exigidas pelo artigo 10 da Instrução CVM 481/09 e seus respectivos resumos biográficos encontram-se anexos à presente Proposta na forma do **Anexo IV**, para serem eleitos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- que os candidatos preenchem os requisitos legais e estatutários para compor o Conselho de Administração da Companhia e que, ademais, apresentam perfil profissional aderente ao da Companhia.

PROPOMOS

A eleição da chapa composta pelos seguintes candidatos para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Constantino de Oliveira Junior - Presidente; (ii) Paulo Sérgio Kakinoff – Membro Efetivo; (iii) Ricardo Constantino – Membro Efetivo; (iv) Rogério Rodrigues Bimbi– Membro Independente; e (v) André Coji – Membro Independente.

Considerando que a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é por chapa, eventuais votos em candidatos específicos serão desconsiderados, exceto em caso de voto múltiplo.

Abaixo são apresentados os cenários possíveis sobre o número de membros a serem eleitos, seja por meio do voto múltiplo ou, caso este não seja solicitado, por votação majoritária, pelos acionistas da Companhia, considerando a proposta de um Conselho de Administração formado por 5 (cinco) membros e a atual distribuição do capital social da Companhia.

Para a elaboração dos cenários abaixo, considerou-se situações em que o número de acionistas presentes à Assembleia, a alocação de votos dos acionistas minoritários nos candidatos eventualmente indicados por eles e o percentual de ações detido pelos acionistas minoritários que participam de eleição em separado são aquelas em que os acionistas minoritários podem eleger o maior número de conselheiros. A modificação dessas premissas poderá alterar os resultados prejetados nos cenários abaixo.

Cenário 1: Eleição por voto múltiplo (art. 141, *caput*, da Lei nº 6.404/76, e Instrução CVM nº 165/91)

Caso seja solicitada a votação por voto múltiplo, em um cenário em que (i) estejam presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, (ii) todos os acionistas da Companhia com exceção da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Demais Acionistas") concentrem os seus votos em candidatos indicados por eles de forma a maximizar o número de conselheiros eleitos por eles; e (iii) a acionista Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. concentre seus votos em candidatos indicados nesta Proposta de forma a maximizar o número de conselheiros eleitos por ela; então, os Demais Acionistas teriam a possibilidade de eleger até 2 membros do Conselho de Administração. A acionista Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. elegeria os outros 3 membros do Conselho de Administração da Companhia.

Cenário 2: Eleição com votação em separado (art. 141, §§ 4º a 6º, da Lei nº 6.404/76)

Caso seja solicitada a votação em separado, os acionistas da Companhia (com exceção da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.) teriam a possibilidade de eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração. A acionista Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. elegeria os demais membros do Conselho de Administração da Companhia.

Cenário 3: Eleição por voto múltiplo e com votação em separado

Caso seja solicitada a votação por voto múltiplo, bem como a votação em separado, em um cenário em que (i) estejam presentes à Assembleia acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, (ii) participem da votação em separado acionistas minoritários representando dez por cento (e somente dez por cento) do capital total da Companhia, (iii) todos os acionistas da Companhia com exceção da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e dos acionistas indicados no item (ii) acima, concentrem os seus votos em candidatos indicados por eles de forma a maximizar o número de conselheiros eleitos por eles; e (iv) a acionista Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. concentre seus votos em candidatos indicados nesta Proposta de forma a maximizar o número de conselheiros eleitos por ela; então, os Demais Acionistas teriam a possibilidade de eleger até 3 membros do Conselho de Administração, sendo 1 (um) conselheiro por meio de votação em separado e 2 conselheiros por meio do voto múltiplo. Nesse cenário, o Conselho de Administração passaria a ser composto por 7 membros e a acionista Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. elegeria 4 membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 141, § 7º da Lei nº 6.404/76.

6. ASSUNTO: Fixação da verba global anual da remuneração dos administradores para o exercício de 2021.

CONSIDERANDO

- a necessidade de fixação, pela AGO, do montante global anual para distribuição entre os administradores e integrantes dos comitês do Conselho de Administração, para o exercício social de 2021, em consonância com o disposto no artigo 11, alínea "d", do Estatuto Social; e
- a diferença entre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, e o valor efetivamente pago aos administradores no referido exercício.

PROPOMOS

A fixação da verba global anual da remuneração dos administradores para o exercício social de 2021 em R\$15.089.785,67 (quinze milhões, oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos). O referido valor contempla (i) R\$ 13.126.981,47 (treze milhões, cento e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos) para verba global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2021; e (ii) R\$ 1.962.804,20 (Hum milhão, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quatro reais e vinte centavos) para verba de remuneração paga aos administradores no exercício de 2020 que excedeu ao montante global aprovado na a Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, conforme tabela comparativa abaixo. A Administração destaca que valor global anual da remuneração dos administradores proposto para o exercício social de 2021 é 1,45% superior ao valor aprovado para o exercício social de 2020.

O valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020 ("AGO 2020"), foi de R\$12.939.203,72 (doze milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e três reais e setenta e dois centavos) e o valor efetivamente pago aos administradores a no referido exercício foi de R\$ 14.902.007,92 (Quatorze milhões, novecentos e dois mil, sete reais e noventa e dois centavos). A diferença decorre, principalmente, pela superação das metas do Balanced Scorecard da companhia, superando os valores alvo de remuneração variável para a Diretoria Estatutária, além da instalação do Conselho Fiscal, não prevista anteriormente, e finalmente devido as participações excedentes em reuniões de comitês pelo Conselho de Administração.

Comparação entre os valores aprovados e realizados no exercício de 2020:

Remuneração Global 2020 aprovada na AGO 2020	R\$12.939.203,72
Remuneração 2020 Realizada (Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração) – item 13.2 do FRE	R\$ 4.176.856,00
Remuneração 2020 Realizada (Conselho Fiscal) – item 13.2 do FRE	R\$ 311.627,70

Remuneração 2020 Realizada (Diretoria Estatutária) – item 13.2 do FRE	R\$ 10.413.524,22
Remuneração Global 2020 Realizada	R\$ 14.902.007,92
Diferença	R\$ 1.962.804,20
Motivos:	
A diferença decorre, principalmente, pela superação das metas do Balanced Scorecard da companhia, superando os valores alvo de remuneração variável para a Diretoria Estatutária, além da instalação do Conselho Fiscal, não prevista anteriormente, e finalmente devido as participações excedentes em reuniões de comitês pelo Conselho de Administração.	

As informações sobre a remuneração global anual dos administradores requeridas no Artigo 12, inciso II, da ICVM nº 481/09, encontram-se disponíveis para consulta no **Anexo V** à esta Proposta.

--*

Barueri, 30 de março de 2021.

A Administração

**Anexo I - Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos Diretores
(Conforme Artigo 9º, item "III", da Instrução CVM 481/09)**

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho.

As informações financeiras contidas neste documento são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dessa forma, as informações abaixo consideram a incorporação, em 01 de julho de 2017, da Smiles S.A. pela Companhia, que como resultado assumiu a gestão, administração e operação, em regime de exclusividade, do Programa Smiles, um programa de multifidelização para diversos parceiros e também um dos maiores programas de coalizão do Brasil, com mais de 16 milhões de participantes e uma extensa rede de companhias aéreas, redes de hotéis, agências de aluguel de carros, varejistas, instituições financeiras emissoras de cartões de crédito, entre outros. Para mais informações sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Smiles S.A. referentes aos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia descontinuou suas atividades no ano de 2013, passando então a encerrar os ativos e passivos contingentes decorrentes de tais atividades, sendo que tais ativos (compostos por depósitos judiciais e créditos fiscais) e tais passivos contingentes (decorrentes de suas atividades operacionais) estão sendo submetidos à liquidação.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 a única fonte de receita da Companhia foi de receitas financeiras. Já os principais custos da Companhia em tais exercícios referem-se a pessoal, multas, ações e prestação de serviços. À partir de 01 de julho de 2017, as fontes de receitas da Companhia foram receitas com vendas de milhas e receitas financeiras e os principais custos referem-se ao resgate de milhas, a pessoal, multas, ações e prestação de serviços.

Liquidez Corrente

A liquidez corrente da Companhia ao fim de 2020 era de 1,65 em comparação a 2,09 ao fim de 2019, uma diminuição de 0,44 p.p devido à diminuição do Ativo Circulante. A liquidez corrente da Companhia ao fim de 2018 era de 1,76 em comparação a 1,73 ao fim de 2017, tendo em vista a absorção de ativos e passivos provenientes da Smiles S.A.

#	Descritivo	2020	2019	2018
(1)	Ativo circulante	2.437.306	2.763.448	2.365.789
(2)	Passivo circulante	1.472.700	1.321.534	1.347.684
(1/2)	Liquidez corrente	1,65	2,09	1,76

Índice Dívida Líquida / Patrimônio Líquido

A Administração da Companhia monitora, como indicador adicional de alavancagem/endividamento, o índice de dívida líquida, conforme calculado abaixo:

#	(R\$ Milhões)	2020	2019	2018
(1)	Passivo circulante e não circulante	1.994.632	1.679.248	1.620.898
(2)	Receita diferida circulante e não circulante	1.553.977	1.176.397	1.020.795
(3) = (1) - (2)	Dívida líquida	440.655	502.851	600.103
(4)	Patrimônio líquido	1.350.328	1.205.335	1.014.230
(5) = (1 / 4)	Alavancagem financeira	1,48	1,39	1,60
(5) = (3 / 4)	Alavancagem financeira líquida	0,33	0,42	0,59

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem financeira foi de 1,48 com o aumento do passivo circulante e não circulante. A alavancagem financeira líquida foi de 0,33 devido a um aumento do Patrimônio Líquido de cerca de R\$ 144.993 mil comparado ao ano de 2019.

b. estrutura de capital

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um passivo total de R\$ 3.344.960 mil, representado por 40,37% de capital próprio e 59,63% de capital de terceiros, composto principalmente pela receita diferida.

(i) hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Considerando que nosso estatuto social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa missão, não há uma fórmula de cálculo do valor de resgate, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Segue informação da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

Em milhões de R\$	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	1.350.328	1.205.335	1.014.230
Endividamento e financiamentos	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	735.148	1.173.915	675.310
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	(0,54)	(0,97)	(0,67)

(1) No exercício de 01 de janeiro de 2017 a 01 de julho de 2017, a Companhia incorporou a Smiles S.A., e realizou a liquidação da totalidade da dívida mantida com o Banco Safra S.A., sendo que a parcela registrada em não circulante foi liquidada antecipadamente. Adicionalmente, realizou a redução do capital social da Companhia para a absorção dos prejuízos acumulados e aumentou seu capital durante o exercício, o que resultou em uma redução do endividamento.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Abaixo, segue uma tabela com informações sobre endividamento/posição de caixa da empresa nos últimos 3 anos:

R\$ mil			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Vencimentos	Endividamento bruto	Caixa Bruto	Caixa e depósitos bancários (-) Empréstimos e financiamentos		
Curto Prazo (até 1 ano)	-		735.148	1.173.915	675.310
Longo Prazo	-	-	-	-	-
Total Dívida Líquida			735.148	1.173.915	675.310
Ativo circulante, exceto caixa e depósitos bancários			1.178.690	1.589.533	1.690.479
Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos			1.502.179	1.321.534	1.347.684
Capital circulante líquido ajustado ("Capital de Giro") (1)			323.489	267.999	342.795
(1) Ativo circulante, exceto caixa e depósitos bancários (-) Passivo circulante, exceto empréstimos e financiamentos de curto prazo.					

No exercício social encerrado em 2020, o índice de cobertura do passivo atingiu, conforme calculado abaixo, 0,36x, diminuindo em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 0,70x. Já o índice de cobertura do passivo circulante no exercício social encerrado em 2020 atingiu 0,49, comparado a 0,89 no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2019.

No exercício social encerrado em 2018, o índice de cobertura do passivo atingiu 0,42, conforme calculado abaixo, enquanto o índice de cobertura de passivo circulante foi de 0,50, com a incorporação de ativos e passivos provenientes da Smiles S.A., principalmente saldo de caixa e "Receitas Diferidas".

#	(R\$ Milhões)	2020	2019	2018
(1)	Caixa e depósitos bancários eEquivalentes de caixa	735.148	1.173.915	675.310
(2)	Passivo circulante e não circulante	1.994.632	1.679.248	1.620.898
(3)	Passivo circulante	1.472.700	1.321.534	1.347.684
(4) = (1 / 2)	Índice de cobertura do passivo	0,36	0,70	0,42
(5) = (1 / 3)	Índice de cobertura do passivocirculante	0,49	0,89	0,50

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2020, a nossa principal fonte de financiamento de capital de giro continuou a ser o próprio fluxo de caixa de milhas vendidas, porém não resgatadas. Não temos, portanto, passivos financeiros assumidos para o financiamento do capital de giro. Adicionalmente, não existem instrumentos relevantes em ativos não circulantes que utilizem tais fontes de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento da empresa, vide item 10.1.(f).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não pretendemos utilizar de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez. Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento e que a companhia pode utilizar recursos gerados com sua própria operação para capital de giro e também para investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A empresa finalizou os anos de 2020, 2019 e 2018 sem endividamento bancário, devido à quitação antecipada e integral do empréstimo junto ao Banco Safra em 2017.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 2020, 2019 e em 2018, a Companhia não obteve contrato de empréstimos e financiamentos. Em 2017, a Companhia realizou a liquidação antecipada da totalidade da dívida bancária mantida junto ao Banco Safra em 31 de dezembro de 2016. Como consequência, os custos remanescentes de captação no montante de R\$438 mil juntamente com a multa pela antecipação da liquidação do empréstimo de R\$137 mil, foram integralmente apropriados no resultado financeiro.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Acreditamos possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia, sendo que os passivos da Companhia, podem ser considerados quirografária.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Brasil (IASB).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Comparação das Demonstrações de Resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Demonstração do Resultado do exercício (R\$ milhares)	2020	2019
Lucro bruto		
Receita líquida	572.916	1.051.124
Custos operacionais	-99.078	-73.466
Total lucro bruto	473.838	977.658
Despesas operacionais		
Despesas comerciais	-108.612	-127.943
Despesas administrativas	-159.716	-131.407
Outras receitas, líquidas	4.743	47.535

Total despesas operacionais	-263.585	-211.815
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	210.253	765.843
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	89.503	125.455
Despesas financeiras	-13.295	-4.273
Varição cambial, líquida	2.049	4.669
Total resultado financeiro	78.257	125.851
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	288.510	891.694
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-88.960	-168.785
Diferidos	-3.593	-96.184
Total imposto de renda e contribuição social	-92.553	-264.969
Lucro líquido do exercício	195.957	626.725

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 572.916 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 diminuindo 45,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro 2019 (R\$ 1.051.124 mil).

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais atingiram R\$ 99.078 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 34,9% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 73.466 mil).

DESPESAS OPERACIONAIS

No exercício de 2020, as despesas operacionais atingiram R\$ 263.585 mil e cresceram 24,4% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 211.815 mil).

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o resultado financeiro atingiu R\$ 78.257 mil, uma queda de 37,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 125.851 mil).

Comparação das Demonstrações de Resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Demonstração do Resultado do exercício (R\$ milhares)	2019	2018
Lucro bruto		
Receita Líquida	1.051.124	987.444
Custos operacionais	-73.466	-58.386
Lucro Bruto	977.658	929.058

Despesa operacionais

Despesas comerciais	-127.943	-112.524
Despesas administrativas	-131.407	-112.671
Outras despesas operacionais, líquidas	47.535	38.106
Total despesa operacionais	-211.815	-187.089
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	765.843	741.969
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	125.455	220.628
Despesas financeiras	-4.273	-2.326
Varição cambial, líquida	4.669	3.223
Total resultado financeiro	125.851	221.525
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	891.694	963.494
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido do exercício	-168.785	963.494

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 1.051.124 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e cresceu 6,4% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro 2018 (R\$ 987.444 mil).

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais totalizaram R\$ 73.466 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e cresceu 25,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 58.386 mil).

DESPESAS OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas operacionais atingiram R\$ 211.815 mil e cresceram 13,2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 187.089 mil).

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o resultado financeiro atingiu R\$ 125.851 mil e diminuiu 43,2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 221.525 mil).

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(R\$ milhares)	2020	AV	2019	AV	AV
		2020		2019	2020 vs. 2019
Ativo					
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	111.892	3%	287.846	10%	-61%
Aplicações financeiras	623.256	19%	886.069	31%	-30%

Contas a receber	401.148	12%	493.022	17%	-19%
Impostos a recuperar	77.978	2%	93.939	3%	-17%
Adiantamento a fornecedores	1.224.919	36%	971.788	34%	26%
Outros créditos e valores	14.645	0%	30.784	1%	-52%
	2.453.838	73%	2.763.448	96%	-11%
<i>Não circulante</i>					
Impostos a recuperar	21.749	1%	48.660	2%	-55%
Impostos diferidos	71	0%	2.905	0%	-98%
Adiantamentos a fornecedores	787.264	-	-	-	-
Depósitos e bloqueios judiciais	26.909	1%	16.565	1%	62%
Investimento	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.202	0%	4.770	0%	-33%
Intangível	56.416	2%	48.235	2%	17%
	908.246	27%	121.135	4%	650%
<i>Total do ativo</i>	3.362.084		2.884.583		17%
	2020	AV	2019	AV	AH
		2020		2019	2020 vs. 2019
Passivo					
<i>Circulante</i>					
Fornecedores	136.757	5%	116.766	4%	17%
Obrigações trabalhistas	28.785	1%	18.172	1%	58%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	47.259	2%	133.498	5%	-65%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	0%	3.796	0%	-54%
Impostos e contribuições a recolher	2.479	0%	5.445	0%	-
Obrigações com empresas relacionadas	15.683	1%	23.611	1%	10%
Adiantamento de clientes	12.927	0%	11.706	0%	-
Receitas diferidas	1.253.217	43%	1.003.768	35%	6%
Outras obrigações	5.072	0%	4.772	0%	0%
	1.502.179	45%	1.321.534	46%	14%
<i>Não circulante</i>					
Provisões para processos judiciais	29.556	1%	26.987	1%	10%
Receitas diferidas	322.904	11%	172.629	6%	87%
Impostos Diferidos	156.312	5%	156.135	5%	0%
Obrigações com empresas relacionadas	805	0%	1.963	0%	-59%
	509.577	18%	357.714	12%	42%
Patrimônio líquido					
Capital social	254.610	9%	254.610	9%	0%
Reserva de Capital	278.809	10%	276.420	10%	1%

Remuneração baseada em ações	816.254	28%	472.743	16%	73%
Reserva de Lucros	655	0%	62	0%	-
Dividendos adicional proposto	-	-	201.500	7%	-
	<u>1.350.328</u>	<u>40%</u>	<u>1.205.335</u>	<u>42%</u>	<u>12%</u>
<i>Total do Passivo</i>	3.362.084		2.884.583		17%

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era R\$ 2.453.838 mil, representando uma diminuição de R\$ 309.610 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 2.763.448 mil, decorrente principalmente da diminuição do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 908.246 mil, representando um aumento de R\$ 787.111 mil em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando a rubrica era de R\$ 121.135 mil.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 1.502.179 mil comparado a R\$ 1.321.534 mil no dia 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, ao aumento das receitas diferidas de R\$ 1.003.768 mil em 2019 para R\$ 1.253.217 mil em 2020.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 509.577 mil, representando um aumento de R\$ 151.863 mil com relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizava R\$ 357.714 mil. O aumento se deveu ao aumento de R\$ 150.275 mil na linha de receitas diferidas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.350.328 mil, representando um aumento de R\$ 144.993 mil com relação a 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 1.205.335 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de R\$ 343.511 mil da Remuneração baseada em ações.

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

<i>(R\$ milhares)</i>	2019	AV 2019	2018	AV 2018	AH 2019 vs. 2018
Ativo					
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	287.846	10%	290.850	11%	-3.004
Aplicações financeiras	886.069	31%	384.460	15%	501.609
Contas a receber	493.022	17%	358.835	14%	134.187
Impostos a recuperar	93.939	3%	153.703	6%	-59.764
Adiantamento a fornecedores	971.788	34%	1.158.017	44%	-186.229
Outros créditos e valores	30.784	1%	19.924	1%	10.860
	2.763.448	96%	2.365.789	90%	397.659
<i>Não circulante</i>					
Impostos a recuperar	48.660	2%	69.599	3%	-20.939
Impostos diferidos	2.905	0%	653	0%	2.252
Adiantamentos a fornecedores	-	-	138.060	5%	-138.060
Depósitos e bloqueios judiciais	16.565	1%	18.002	1%	-1.437
Investimento	-	-	-	-	-
Imobilizado	4.770	0%	2.914	0%	1.856
Intangível	48.235	2%	40.111	2%	8.124
	121.135	4%	269.339	10%	-148.204
<i>Total do ativo</i>	2.884.583		2.635.128		249.455
Passivo					
<i>Circulante</i>					
Fornecedores	116.766	4%	128.714	5%	-11.948
Obrigações trabalhistas	18.172	1%	28.684	1%	-10.512
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	133.498	5%	139.453	5%	-5.955
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.796	0%	6.170	0%	-2.374
Impostos e contribuições a recolher	5.445	0%	12.968	0%	-7.523
Obrigações com empresas relacionadas	23.611	1%	37.288	1%	-13.677
Adiantamento de clientes	11.706	0%	161.304	6%	-149.598
Receitas diferidas	1.003.768	35%	826.715	31%	177.053
Outras obrigações	4.772	0%	6.388	0%	-1.616
	1.321.534	46%	1.347.684	51%	-26.150
<i>Não circulante</i>					

Provisões para processos judiciais	26.987	1%	21.114	1%	5.873
Receitas diferidas	172.629	6%	194.080	7%	-21.451
Impostos Diferidos	156.135	5%	57.920	2%	98.215
Obrigações com empresas relacionadas	1.963	0%	100	0%	1.863
	357.714	12%	273.214	10%	84.500
Patrimônio líquido					
Capital social	254.610	9%	43.767	2%	210.843
Reserva de Capital	276.420	10%	483.289	18%	- 206.869
Remuneração baseada em ações	472.743	16%	202.703	8%	270.040
Reserva de Lucros	62	0%	-	-	62
Dividendos adicional proposto	201.500	7%	284.471	11%	-82.971
	1.205.335	42%	1.014.230	38%	191.105
<i>Total do Passivo</i>	2.884.583		2.635.128		249.455

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era R\$ 2.763.448 mil, representando um aumento de R\$ 397.659 mil em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 2.365.789 mil, decorrente principalmente do aumento aplicações financeiras e contas a receber, de R\$ 501.609 mil e R\$ 134.187 mil, respectivamente.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$ 121.135 mil, representando uma redução de R\$ 148.204 mil em comparação a 31 de dezembro de 2018, quando a rubrica era de R\$ 269.339 mil, devido principalmente à redução de R\$ 138.060 mil na linha de adiantamentos a fornecedores.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$ 1.321.534 mil comparado a R\$ 1.347.684 mil no dia 31 de dezembro de 2018, devido, principalmente, à redução das seguintes linhas: Adiantamento de clientes (de R\$ 149.598 mil), Fornecedores (de R\$ 26.150 mil) e Obrigações com empresas relacionadas (de R\$ -13.677 mil).

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$ 357.714 mil, representando um aumento de R\$ 84.500 mil com relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizava R\$ 273.214 mil. O aumento se deveu ao aumento de R\$ 98.215 mil na linha de impostos diferidos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.205.335 mil, representando um aumento de R\$ 249.455 mil com relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 1.014.230 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de R\$ 210.843 mil do Capital Social e de Remuneração com base em ações de R\$ 472.743 mil.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	195.957	626.725
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Remuneração baseada em ações	2.389	3.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.593	96.184
Provisão para processos judiciais	17.340	16.010
Depreciação e amortização	28.577	26.869
Descontos obtidos na compra antecipada de passagens	-72.092	-74.160
Variações cambiais, líquidas	-725	1.429
Constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos	-1	5
Participação nos lucros e resultados	27.269	16.507
Baixa de imobilizado e intangível	262	138
Equivalência patrimonial	-	-
Outras provisões	1.144	-434
Lucro líquido ajustado	194.057	712.404
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	92.463	-134.276
Adiantamento a fornecedores	-968.307	398.449
Impostos a recuperar	42.852	80.703
Depósitos e bloqueios judiciais	-10.344	1.437
Outros créditos (obrigações)	4.003	-14.091
Transações com empresas relacionadas	-7.604	-13.677
Fornecedores	17.804	-11.939
Obrigações trabalhistas	-16.552	-27.019
Adiantamento de clientes	1.406	-149.598
Receita diferida	400.273	155.602
Obrigações fiscais	77.991	133.482
Processos judiciais e trabalhistas	-15.529	-10.137

Imposto de renda e contribuição social pagos	-91.440	-149.177
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-278.927	972.163
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-35.171	-33.836
Aplicações financeiras, líquidas	271.932	-501.607
Aumento de capital em controlada	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	236.761	-535.443
Atividades de financiamento		
Aumento de capital por exercício de opção de ações	-	843
Juros sobre capital próprio pagos, líquido de impostos	-29.815	-30.925
Dividendos pagos	-103.676	-408.350
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-135.029	-438.432
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	1.241	-1.292
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-175.954	-3.004
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	287.846	290.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.892	287.846

Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais era negativo em R\$ 278.927 mil, representando uma diminuição de R\$ 1.251.090 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, que era de R\$ 972.163 mil.

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa líquido das atividades de investimentos era de R\$ 236.761 mil, uma variação de R\$ 772.204 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos era negativo de R\$ 535.443 mil.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento era negativo em R\$ 135.029 mil, representando um aumento em relação a 31 de dezembro de 2019, que era negativo em R\$ 438.432 mil.

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	626.725	645.842
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Remuneração baseada em ações	3.131	1.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.184	269.219
Provisão para processos judiciais	16.010	18.482
Depreciação e amortização	26.869	17.358
Descontos obtidos na compra antecipada de passagens	-74.160	-127.251
Variações cambiais, líquidas	1.429	-2.103
Constituição (reversão) de provisão para créditos duvidosos	5	-3
Participação nos lucros e resultados	16.507	26.135
Baixa de imobilizado e intangível	138	95
Equivalência patrimonial	-	-
Outras provisões	-434	-
Lucro líquido ajustado	712.404	849.263
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	-134.276	-6.068
Adiantamento a fornecedores	398.449	-302.485
Impostos a recuperar	80.703	-223.302
Depósitos e bloqueios judiciais	1.437	-1.059
Outros créditos (obrigações)	-14.091	1.469
Transações com empresas relacionadas	-13.677	6.894
Fornecedores	-11.939	-16.751
Obrigações trabalhistas	-27.019	-15.721
Adiantamento de clientes	-149.598	146.577
Receita diferida	155.602	63.903
Obrigações fiscais	133.482	122.684
Processos judiciais e trabalhistas	-10.137	-11.753
Imposto de renda e contribuição social pagos	-149.177	-126.329
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	972.163	487.322
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-33.836	-20.175
Aplicações financeiras, líquidas	-501.607	-163.218
Aumento de capital em controlada	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-535.443	-183.393
Atividades de financiamento		
Aumento de capital por exercício de opção de ações	843	1.770
Juros sobre capital próprio pagos, líquido de impostos	-30.925	-24.106
Dividendos pagos	-408.350	-438.593
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-438.432	-460.929
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-1.292	1.659
Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-3.004	-155.341
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	290.850	446.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	287.846	290.850

Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais era R\$ 972.163 mil, representando um aumento de R\$ 484.841 mil em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 487.322 mil mil, decorrente principalmente do saldo de Adiantamento a Fornecedores no valor de R\$ 398.449 mil e de Receita Diferida no valor R\$ 155.602 mil.

Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa líquido das atividades de investimentos era negativo em -R\$ 535.443 mil, uma variação negativa de R\$ 352.050 mil em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos era negativo de R\$ 183.393 mil.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento era negativo em R\$ 438.432 mil, representando um decréscimo em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 460.929 mil, decorrente principalmente do pagamento de dividendos no valor de R\$ 408.350 mil e de Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 30.925 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia não estava operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Considerando que a Companhia incorporou a Smiles S.A. em 01 de julho de 2017, as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 referem-se a Smiles Fidelidade S.A., as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 referem-se a Smiles Fidelidade S.A e Smiles S.A. e as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 referem-se à Smiles S.A.

Os principais componentes de receita da Smiles Fidelidade S.A. são (i) a Receita de Resgate de Milhas, (ii) a Receita de Breakage e (iii) Outras Receitas Operacionais. A Receita de Resgate de Milhas advém do resgate de milhas acumuladas através de parceiros comerciais ou compradas diretamente pelos participantes. As milhas que foram acumuladas com expectativa de expiração compõem a Receita de Breakage. As Outras Receitas Operacionais representam principalmente a taxa de administração de clientes cobrada da GLA.

A tabela abaixo identifica as receitas da Smiles Fidelidade S.A. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 da Smiles Fidelidade S.A.

Desde 2018 a companhia passou a adotar o novo padrão contábil do IFRS 15, portanto, o quadro abaixo contempla o novo padrão contábil.

	31/12/2020	AV 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2020 vs. 2019
<i>Receita de Resgate de Milhas</i>	396.794	63%	866.955	75%	-470.161
Receita de breakage e milhas expiradas	225.261	36%	262.010	23%	-36.749
Outras Receitas Operacionais	11.415	2%	24.475	2%	-13.060
Receita Bruta	633.470	100%	1.153.440	100%	-519.970
Impostos Incidentes	-60.554	-11%	-102.316	-10%	41.762
Receita Líquida	572.916	100%	1.051.124	100%	-478.208

A tabela abaixo identifica as receitas da Smiles Fidelidade S.A. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2019	AV 2019%	31/12/2018	AV	AH 2019 vs. 2018
<i>Receita de Resgate de Milhas</i>	866.955	75%	806.376	74%	60.579
Receita de breakage e milhas expiradas	262.010	23%	258.313	24%	3.697
Outras Receitas Operacionais	24.475	2%	20.753	2%	3.722
Receita Bruta	1.153.440	100%	1.085.442	100%	67.998
Impostos Incidentes	-102.316	-10%	-97.998	-10%	-4.318
Receita Líquida	1.051.124	100%	987.444	100%	63.680

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os diretores da Smiles Fidelidade S.A. os principais fatores que afetaram os resultados operacionais, de forma material, foram (i) os preços de passagens aéreas, praticado pela Gol, dentro do Contrato de Compra de Passagens Aéreas, junto à política dinâmica de precificação em milhas por prêmio, determinada pela administração da Smiles Fidelidade, (ii) o cenário macroeconômico brasileiro, que influencia o consumo da população e possui impacto no faturamento de milhas junto aos parceiros comerciais, (iii) o aumento do engajamento dos clientes, com impacto nos níveis de acúmulo de milhas e evidenciado pelo nível da taxa de breakage, (iv) novas parcerias estratégicas, ampliando a diversificação de produtos disponíveis para resgates aos clientes, tornando o programa mais atraente, e (v), controle das despesas operacionais.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não estava operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Considerando que a Companhia incorporou a Smiles S.A. em 01 de julho de 2017, os números do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 referem-se a Smiles Fidelidade S.A., os números do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 referem-se a Smiles Fidelidade S.A. e Smiles S.A.

A receita mais relevante da Smiles Fidelidade S.A. foi a Receita de Resgate de Milhas que à partir de 2017 passou contabilizar a receita do Smiles & Money, dado que a parcela financeira desse produto passou a gerar milha, sendo um acumulo e um resgate ao mesmo tempo. À partir de 2018, a companhia passou a adotar o novo padrão contábil atendendo as normas do IFRS 15, onde a companhia passou a divulgar a receita de resgate líquida dos custos de resgate. A receita com resgate de milhas em 2018 atingiu R\$ 806.376 mil, representando 74% da receita bruta, aumento de 2 p.p. em relação ao ano de 2017.

A Receita de Resgate representou 85.112 milhões de milhas resgatadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a um preço de R\$ 0,029. A Receita de Resgate representou 67.951 milhões de milhas resgatadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a um preço unitário de R\$ 0,025. A Receita de Resgate de Milhas representou 43.024 milhões de milhas resgatadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a um preço unitário médio de R\$ 0,025 e a Receita Smiles & Money composta pela emissão de 1.488 mil bilhetes S&M, resultando em uma receita média de R\$ 254,89 por bilhete. Em 2019, a empresa parou de divulgar o volume de milhas resgatadas e acumuladas por direcionamento estratégico.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Modificações de Preços

O preço cobrado em milhas por prêmio resgatado é gerenciado pela administração da Smiles Fidelidade S.A., com autonomia para a precificação de bilhetes aéreos emitidos pela GOL, sendo que nossos custos não são indexados ao número de milhas resgatadas junto aos principais fornecedores da Smiles Fidelidade S.A.

Quanto aos preços praticados na venda de milhas a parceiros financeiros, parcela mais representativa do faturamento de milhas da Smiles Fidelidade S.A., as modificações serão comentadas em maiores detalhes no item de Taxas de Câmbio.

O preço cobrado pelo principal fornecedor de prêmios da Smiles Fidelidade S.A., a GOL, é regido pelo Contrato de Compra de Passagens Aéreas, possibilitando a compra de bilhetes através de três categorias distintas:

Assentos padrão: a precificação considera a variação do Custo Econômico (aqui considerado como o resultado da soma (i) do custo de oportunidade de não poder vender uma passagem a um passageiro quando o voo está lotado – displacement; (ii) do custo de oportunidade relativo a um passageiro que adquire uma Passagem-Prêmio, mas que, se não tivesse Milhas disponíveis, compraria a passagem em dinheiro – dilution; e (iii) do custo direto que a companhia aérea incorre para transportar um passageiro a mais em um determinado voo – custo marginal) da passagem nos últimos 12 (doze) meses e as características de cada rota; a disponibilidade de assentos padrão nas aeronaves é limitada e regulada pela GOL, sendo certo que uma quantidade mínima de assentos padrão é assegurada à Smiles Fidelidade S.A. no agregado dos voos.

Assentos comerciais: a precificação observa o mesmo preço e/ou desconto aplicado pela GOL a um terceiro (observadas as condições e características de cada produto); a disponibilidade de assentos comerciais nas aeronaves é irrestrita, porém limitada à capacidade da aeronave, considerando-se as eventuais restrições operacionais e outras restrições aplicáveis.

Assentos promocionais: a precificação observa uma tabela fixa de descontos acordada entre a Smiles Fidelidade S.A. e a GOL, que poderá ser revisada de tempos em tempos ou mesmo suspensa ou revogada, a qualquer tempo a critério da Smiles Fidelidade S.A.; não há obrigação de disponibilidade mínima para assentos promocionais.

Os preços para as tarifas de assento padrão permaneceram fixas durante o exercício de 2013, sendo reajustadas anualmente, conforme rege o Contrato. No exercício social de 2014, os preços sofreram reajuste anual de 18,0%, conforme Fato Relevante divulgado pela Smiles S.A. no dia 30 de dezembro de 2014. No exercício social de 2015, o reajuste anual foi de 3,0% conforme Fato Relevante divulgado pela Smiles S.A. no dia 14 de dezembro de 2015. No exercício social de 2016, as tarifas de assento padrão sofreram queda de 5%, conforme Fato Relevante divulgado pela Smiles S.A. no dia 26 de dezembro de 2016. As tarifas comerciais e promocionais se comportaram conforme as variações de preços correntes da companhia aérea e as promocionais, conforme as necessidades da Companhia e da GOL. No exercício social de findo em 31 de dezembro de 2017, os preços sofreram queda de 0,6%, conforme Fato Relevante divulgado pela Smiles Fidelidade S.A. no dia 27 de dezembro de 2017. No final de 2018, os preços da tarifa padrão sofreram aumento de 17,1%, conforme Fato Relevante divulgado pela Smiles Fidelidade S.A. no dia 28 de dezembro de 2018. No exercício de 2019, o reajuste da tarifa padrão foi de 41%, conforme divulgamos no Fato Relevante do dia 19 de dezembro de 2019. E, por fim, no exercício de 2020, o reajuste da tarifa padrão foi uma redução de 4,3%, conforme divulgado no Fato Relevante de 04 de dezembro de 2020.

Taxas de Câmbio

Com exceção das milhas vendidas ao parceiro GLA, e das milhas vendidas a alguns parceiros comerciais, variações na taxa de câmbio apresentam um efeito direto no faturamento bruto da Smiles Fidelidade S.A., visto que a maioria de seus contratos com parceiros financeiros são referenciados em dólares americanos.

As variações na taxa de câmbio também apresentam um efeito direto nos custos de resgate com parceiras aéreas internacionais. Estes custos representaram 20,2% do total de custos de resgate de prêmios no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, 19,5% do total de custos de resgate de prêmios no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e 19,3% do total de custos de resgate de prêmios no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Em 2019, deixamos de divulgar a participação dos custos com parceiras internacionais.

Taxa de Juros

Os ganhos em aplicações financeiras, representadas na rubrica de receitas financeiras, estão atrelados ao CDI e, portanto, também sensíveis às alterações de taxas de juros durante os exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 01 de julho de 2017, a Companhia incorporou a Smiles S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.912.764/0001-20 ("Incorporada" ou "Smiles"), estritamente de acordo com os termos e condições constantes do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Smiles S.A. pela Webjet Participações S.A.", celebrado entre os administradores da Incorporada e da Companhia em 06 de junho de 2017 ("Incorporação"). A Incorporação foi aprovada por meio da realização das Assembleias Gerais Extraordinárias da Incorporada e da Companhia em 30 de junho de 2017 e 01 de julho de 2017, respectivamente. Dentre outras consequências da Incorporação, a Incorporada foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, nos termos dos artigos 224 a 227 e 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a Companhia, antes "Webjet Participações S.A.", passou a adotar a denominação social "Smiles Fidelidade S.A.".

Em 1º de janeiro de 2013, a Incorporada (Smiles S.A.) assumiu a atividade de gerir, administrar e operar, com exclusividade, o Programa Smiles. Em decorrência da Incorporação, a Companhia sucedeu a Incorporada, absorvendo os objetivos desta, inclusive, mas não se limitando à gestão, administração e operação, em regime de exclusividade, do Programa Smiles, um programa de multifidelização para diversos parceiros e também um dos maiores programas de coalizão do Brasil, com mais de 18 milhões de Participantes.

Dessa forma, a Companhia deixou de ser inoperante e passou a ter um segmento operacional que é a fidelização de clientes.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Incorporação teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ademais, a Incorporação atende ao interesse das companhias, gerando vantagens às companhias envolvidas e a todos os seus acionistas, ao proporcionar uma economia tributária, decorrente do aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("PF/BN"), nos termos apresentados no Protocolo de Incorporação, de modo que a Incorporação se justifica pelos seguintes motivos:

(i) A Companhia descontinuou suas atividades no ano de 2013, tendo encerrado os ativos contingentes (compostos por depósitos judiciais e créditos fiscais) e os passivos contingentes (decorrentes de suas atividades operacionais), os quais estão sendo submetidos à liquidação.

(ii) A Incorporada terá benefícios na medida em que a Incorporação resultará em ganhos de sinergias fiscais e financeiras, possibilitando uma estruturação integrada e mais eficiente das companhias. Em adição aos benefícios relacionados à otimização de ativos e aumento de eficiência, a Incorporação possibilitará o adequado aproveitamento pelo Grupo GOL dos saldos acumulados de PF/BN detidos pela Companhia e gerados em decorrência de suas atividades, e por conta das pendências e obrigações operacionais decorrentes do seu encerramento, observados os termos da legislação aplicável.

(iii) A Incorporação trouxe maior transparência às operações da Companhia e garantirá um bom aproveitamento das competências complementares da Incorporada, uma vez que, nos termos da legislação aplicável, a Companhia deverá obter registro de companhia aberta junto à CVM e aderir aos padrões do segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado, o mais alto nível de governança da B3.

Para mais informações, vide as demonstrações financeiras pro forma elaboradas para fins da Incorporação que encontram-se no Anexo VI da Proposta da Administração da Smiles S.A. para sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2017, bem como estão à disposição para consulta na sede da Companhia, no seu site de relações com investidores, e também nas páginas eletrônicas da B3 e da CVM na rede mundial de computadores.

c. Eventos ou operações não usuais

Exceto pela Incorporação, não houve evento ou operação não usual não refletida ou que venha ter impactos nas nossas demonstrações financeiras.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não adotadas antecipadamente pela Companhia

CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do IFRS 16 – “Leases”, que determina os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. O IFRS 16 entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 e determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendatário deve registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento.

A Companhia aplicou a norma de forma retrospectiva modificada em 1º de janeiro de 2019, e, como consequência, reconheceu um ativo de direito de uso no ativo imobilizado, líquido de depreciação, no montante de R\$2.592, e respectivo passivo de arrendamento estimado em R\$3.411. A diferença correspondente à adoção da norma de R\$819 foi contabilizada como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, correspondente a R\$541 líquido dos efeitos tributários. A despesa de depreciação do direito de uso incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$855.

ICPC 22 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23, que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 – “Income Taxes” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 está em vigor desde 1º de janeiro de 2019 e, com base na avaliação efetuada, a Administração concluiu que não há impactos na divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes da aplicação da interpretação.

Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em decorrência da adoção das normas contábeis CPC – 48 “Instrumentos Financeiros” e CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, houve alteração na política contábil da Companhia para o exercício de 2018, conforme segue:

CPC – 48 “Instrumentos Financeiros” (IFRS 9)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do pronunciamento IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, que substituiu o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e todas as versões anteriores do IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. O IFRS 9 foi aplicado de forma retrospectiva, entretanto, não resultou em alterações para os períodos comparativos apresentados da perda esperada para a provisão de crédito de liquidação duvidosa. A Companhia reconheceu a diferença entre o saldo contábil anterior e o valor contábil, na data da adoção, correspondente a R\$82, como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente” (IFRS 15)

O pronunciamento estabelece um novo modelo compreendendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Ainda, segundo o IFRS 15, as receitas devem ser reconhecidas em valores que refletem a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018, utilizando o método retrospectivo completo.

Durante o processo de adoção da norma, a Companhia avaliou sua responsabilidade no fornecimento de bens e/ou serviços no momento da entrega dos prêmios resgatados, tendo em vista que neste processo há o envolvimento de mais de duas entidades. O resultado desta avaliação foi que a Companhia é responsável por organizar que os bens e/ou serviços sejam fornecidos por terceiros, visto que não tem o risco de estoque antes que os prêmios resgatados sejam efetivamente transferidos aos participantes do Programa Smiles. Consequentemente, a Companhia foi considerada agente na execução de sua obrigação de desempenho. Na função de agente a Companhia passa a reconhecer a receita bruta com resgate de prêmios líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens ou serviços aos participantes.

Em consequência da classificação da Companhia como agente, e de maneira a permitir a comparabilidade dos números apresentados, apresenta-se a seguir os efeitos da reclassificação de custos variáveis diretos da rubrica “Custos operacionais” para rubrica “Receita líquida”, sem impacto no lucro bruto, como se a nova norma tivesse sido adotada a partir de 1º de janeiro de 2017:

	2017		Saldos ajustados
	Anteriormente divulgado	Reclassificação receita líquida	
Lucro bruto			
Receita líquida	919.108	(466.995)	452.113
Custos operacionais	(492.236)	466.995	(25.241)
Total lucro bruto	426.872	-	426.872

ICPC – 21 “Transações em moeda estrangeira e adiantamentos” (IFRIC 22)

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 está em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção da norma não resultou em impactos para a Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contém ênfase na atenção para a nota explicativa nº 32.2 e 32.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que em reunião realizada em 4 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração deliberou a realização de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, convocando os acionistas para examinar e deliberar sobre o Protocolo e Justificação (“Protocolo e Justificação”) que estabelece os termos e condições da reorganização societária. Neste processo de reorganização está planejado que as ações de emissão da Companhia serão incorporadas pela Gol Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), e as ações de emissão da GLA serão incorporadas pela controladora Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“GLAI”), passando a GLAI, em decorrência, a deter, indiretamente, a totalidade das ações de emissão da Companhia, com a consequente combinação das operações e bases acionárias da GLAI e da Companhia. Entretanto, a opinião dos auditores não está ressalvada em relação a esse assunto.

Vale ressaltar, que em fato relevante divulgado pela Companhia em 13 de março de 2020, a proposta de reorganização mencionada acima foi cancelada.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

Na opinião da administração da Companhia, as políticas contábeis críticas adotadas, sumarizadas abaixo, refletem adequadamente as condições de seus negócios.

Resumo das principais práticas contábeis

1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação, incluindo encargos e tributos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes subsidiárias:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Atividade principal	Tipo	% de participação no capital social	
					31/12/2020	31/12/2019
Fundo Sorriso (a)	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Controle direto	100,0%	100,0%
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Controle direto	100,0%	100,0%
Smiles Fidelidade Argentina (b)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Controle direto	100,0%	100,0%
Smiles Viagens Argentina (b)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Controle indireto	100,0%	100,0%

(a) O fundo de investimento "Sorriso" possui a característica de fundo exclusivo e, em conformidade com as instruções da CVM n.º 247/1996 e 408/2004, a Companhia consolida os ativos e passivos deste fundo em suas informações trimestrais.

(b) Empresas que adotam como moeda funcional o peso argentino.

Em 7 e 20 de novembro de 2018 foram constituídas as empresas e agora subsidiárias, Smiles Fidelidade S.A. ("Smiles Fidelidade Argentina") e Smiles Viagens Y Turismo S.A. ("Smiles Viagens Argentina"), respectivamente, ambas sediadas em Buenos Aires, Argentina, com o propósito de fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora e adotadas no ano anterior, exceto pela adoção do CPC 47, equivalente ao IFRS 15 e CPC 48, equivalente ao IFRS 9. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº5.20 das Demonstrações financeiras.

2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras dos fundos de investimento e títulos de liquidez imediata, e que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

3. Aplicações Financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros a Companhia considera as disposições do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

Custo amortizado: as aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas: (a) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a

coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; (b) os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal; e (c) a Companhia não opta pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominada “descasamento contábil”.

Valor justo:

A) por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas das seguintes condições forem atendidas: (a) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (b) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;

B) por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

4. Contas a receber

São mensuradas e registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9.

Como consequência da adoção do IFRS 9, as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa passaram a ser mensuradas através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda estimada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda incorrida. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia executa análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

5. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se principalmente aos valores antecipados para a GLA para compra de passagens aéreas que serão utilizados à medida que ocorrer o resgate de milhas pelos participantes do Programa Smiles. Os saldos adiantados sofrem atualização monetária, conforme índice contratual acordado entre as partes. A segregação dos valores entre curto e longo prazo é realizada com base na expectativa de consumo de tais valores aliada às projeções de curto e longo prazo da Companhia.

6. Impostos e contribuições sobre o lucro Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante. Uma perda é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

7. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

8. Imobilizado

Os itens registrados no ativo imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, formação e/ou construção. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda líquido dos custos de venda.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16, e, como consequência, reconheceu um ativo de direito de uso no ativo imobilizado, líquido de depreciação, no montante de R\$2.592, e respectivo passivo de arrendamento estimado em R\$3.411, conforme detalhado na nota 5.22.1.

9. Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando houver, não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

10. Fornecedores e contas a pagar

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, ajustados a valor presente, quando aplicável, subsequentemente acrescidos, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, se aplicável, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

11. Provisões para riscos tributáveis, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita. A Companhia é parte de diversos processos administrativos e judiciais. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12. Receita diferida

O "Programa Smiles" tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas a seus parceiros aéreos e não aéreos, considerado pela Companhia como o valor justo da transação. A Companhia atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, neste mesmo momento ocorre o reconhecimento da receita no resultado do período. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes, conforme CPC 47, equivalente ao IFRS 15.

13. Informações por segmento

Segmento operacional é um componente dos negócios da Companhia que desenvolve atividades para obter receitas e incorrer despesas. O segmento operacional reflete a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Companhia opera apenas no segmento operacional de fidelização de clientes.

14. Remuneração baseada em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações de sua própria emissão. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções, apurado na data da outorga pelo método Black-Scholes, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de opções que serão exercidas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas administrativas.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do resultado por ação diluído, quando aplicável.

15. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

16. Participação dos colaboradores e administradores no lucro

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

17. Juros sobre capital próprio e dividendos

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovada pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no

patrimônio líquido. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

18. Receitas

O "Programa Smiles" tem por objetivo fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas a seus parceiros aéreos e não aéreos, considerado pela Companhia como o valor justo da transação.

De acordo com o CPC 47, equivalente ao IFRS 15, a Companhia atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes.

19. Receitas de breakage

A receita de breakage é determinada com base em cálculo de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do Programa Smiles. O cálculo é aplicado sobre as milhas emitidas no período, dando origem à receita de breakage.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de breakage. A política do programa de milhagens Smiles prevê o cancelamento de todas as milhas presentes nas contas dos clientes após 36 meses, com exceção para os clientes das categorias Ouro e Diamante cujo prazo de expiração de milhas é de 48 e 120 meses, respectivamente. As milhas do Clube Smiles tem validade de 120 meses.

20. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre montantes investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº28);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa nº11);

-
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº14 e nº15);
 - transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº22);
 - receita de breakage (notas explicativas nº19 e 25);
 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº20).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

10.6. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Item não aplicável, visto que não ocorreram estes tipos de operações.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Item não aplicável, visto que, até a presente data, não realizamos esse tipo de transação.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Item não aplicável, tendo em vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados em nossas demonstrações contábeis.

(iv) contratos de construção não terminada

Item não aplicável, tendo em vista que não celebramos contratos de construção até a data deste Formulário de Referência.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Item não aplicável, tendo em vista que não realizamos este tipo de transação até a data deste Formulário de Referência.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável, tendo em vista que não há outros itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8. Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Considerando que a Companhia incorporou a Smiles S.A. em 01 de julho de 2017, apresentamos abaixo os dados referentes à incorporada:

No exercício social de 2014, foi adquirida participação societária na empresa Netpoints Fidelidade S.A., empresa de fidelidade especializada em varejo, trazendo aos nossos clientes novas opções de acúmulo e resgate, no valor de R\$ 25 milhões. No exercício de 2016, o valor do ágio do investimento feito na Netpoints era de R\$ 15,2 milhões.

No exercício social de 2016 a Smiles S.A. efetuou subscrição do aumento de capital social na Netpoints no valor de R\$3,4 milhões. Adicionalmente, foram efetuados investimentos adicionais em intangível no montante de R\$29,0 milhões, compostas principalmente pelo direito de uso e licenças adicionais de software.

No exercício social de 2017 a Smiles Fidelidade S.A. efetuou o impairment do ágio do investimento feito na Netpoints no valor de R\$ 15,2 milhões. No exercício social de 2018, a Smiles Fidelidade S.A. utilizou os recursos oriundos de seu caixa operacional para efetuar investimentos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

No exercício social de 2019, a Smiles Fidelidade S.A. utilizou os recursos oriundos de seu caixa operacional para efetuar investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos.

b.aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não atua em setor produtivo.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não possuímos investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços registrados como ativo.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Item não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.9. Outros fatores com influência relevante

Em 01 de julho de 2017, a Companhia incorporou a Smiles S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.912.764/0001-20 ("Incorporada" ou "Smiles"), estritamente de acordo com os termos e condições constantes do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Smiles S.A. pela Webjet Participações S.A.", celebrado entre os administradores da Incorporada e da Companhia em 06 de junho de 2017 ("Incorporação"). A Incorporação foi aprovada por meio da realização das Assembleias Gerais Extraordinárias da Incorporada e da Companhia em 30 de junho de 2017 e 01 de julho de 2017, respectivamente. Dentre outras consequências da Incorporação, a Incorporada foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, nos termos dos artigos 224 a 227 e 264 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a Companhia, antes "Webjet Participações S.A.", passou a adotar a denominação social "Smiles Fidelidade S.A.". Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 17.5 do Formulário de Referência.

Dessa forma, seguem informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 (Smiles Fidelidade S.A.), 2016 e 2015 da Smiles, conforme disponibilizada em seu formulário de referência, versão 1.0, data-base 2017.

Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Smiles administra um dos maiores programas de coalizão do Brasil, com mais de 17 milhões de Participantes, em 31 de dezembro de 2019. A Smiles Fidelidade é gestora exclusiva do Programa Smiles, um programa de multifidelização para diversos parceiros. O modelo de negócios da Smiles é baseado no desenvolvimento de um programa de coalizão "puro", constituído de uma única plataforma de acúmulo e resgate de Milhas, por meio de uma ampla rede de parceiros comerciais e financeiros.

Em 1º de janeiro de 2013, a Smiles assumiu a atividade de gerir, administrar e operar, com exclusividade o Programa Smiles, que conta com uma extensa rede, composta por companhias aéreas, redes de hotéis, agências de aluguel de carros, varejistas, instituições financeiras emissoras de cartões de crédito, entre outros.

A principal fonte de receita da Smiles advém do resgate de milhas do Programa Smiles pelos Participantes, anteriormente concedidas através da venda a parceiros comerciais e financeiros da Smiles, incluindo a Gol e os principais bancos comerciais brasileiros. Posteriormente, os Participantes resgatam as milhas por prêmios em uma ampla rede de parceiros. Nossos principais custos operacionais referem-se à compra de passagens aéreas da Gol e de companhias aéreas parceiras e, também, de produtos disponibilizados por parceiros comerciais através da plataforma online do Shopping Smiles.

A Smiles oferece uma ampla rede para o resgate de prêmios, tendo como principais atrativos (i) o resgate de passagens aéreas da Gol, (ii) as passagens aéreas de outros parceiros aéreos internacionais, como a Delta Air Lines, Aerolíneas Argentinas, Aeromexico, Air Canada, Air France, Alitalia, Copa,

Emirates, Etihad, KLM, Korean Air, Qatar e a portuguesa TAP, além de milhares de produtos disponíveis através do Smiles Shopping. Também como atrativo aos nossos clientes, oferecemos o resgate e compra em dinheiro com acúmulo de milhas de diárias de locação de veículos através da parceria com a Localiza, líder nacional, e de diárias de hotéis da plataforma Rocketmiles.

Os recursos do IPO e da venda antecipada de Milhas, no total de R\$ 1,5 bilhão foram destinados à compra antecipada de bilhetes aéreos da Gol Linhas Aéreas S.A. ("GOL"), conforme contrato de compra antecipada de passagens aéreas firmado em 10 de maio de 2013. Com base neste contrato, a Smiles adquire mensalmente passagens aéreas da GOL com taxa de desconto adicional, que corresponde a 12,49% a.a. para o consumo do saldo de compra antecipada mencionado no parágrafo anterior. Em fevereiro de 2016 a Smiles firmou novo contrato de compra antecipada de bilhetes aéreos, no qual a Smiles adquire créditos para utilização futura na aquisição de passagens aéreas de emissão da GOL no montante de até R\$ 1,0 bilhão. Os créditos objeto deste adiantamento são atualizados à taxa de 132% do CDI, a uma taxa pré-fixada de acordo com a curva futura de juros aplicável na data do desembolso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Smiles aferiu R\$176,1 milhões de receitas provenientes do referido desconto em resultados financeiros (R\$141,4 milhões em 2016 e R\$110,5 milhões em 2015). Em setembro de 2018 a Smiles Fidelidade S.A. firmou novo contrato de compra antecipada de passagens aéreas da Gol no montante de R\$ 600 milhões. Os créditos objeto deste adiantamento são atualizados à taxa de 115% do CDI, a uma taxa pós-fixada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Smiles Fidelidade S.A. aferiu R\$ 127.251 mil em receitas provenientes do referido desconto em resultados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de adiantamentos em aberto, conforme estipulado em contrato, celebrado entre a Companhia e a parte, são remunerados pela taxa média ponderada de 6,71% a.a. (8,97% a.a. em 31 de dezembro de 2018), com contrapartida registrada no resultado financeiro na rubrica "Descontos obtidos". E, no resultado financeiro do ano de 2019, a Smiles contabilizou descontos em resultados financeiros no montante de R\$ 74.160 mil.

A Smiles acredita que, principalmente: (i) a independência na precificação dos prêmios em milhas, (ii) o aumento de parceiros tanto para o resgate quanto para o acúmulo, e (iii) a capacidade de inovação Smiles permitiram atingir um lucro líquido de R\$ 626.7 milhões (R\$ 645,8 milhões em 2018).

Liquidez Corrente

A liquidez corrente da Companhia ao fim de 2020 era de 1,65 em comparação a 2,09 ao fim de 2019, uma diminuição de 0,44 p.p devido à diminuição do Ativo Circulante. A liquidez corrente da Companhia ao fim de 2018 era de 1,76 em comparação a 1,73 ao fim de 2017, tendo em vista a absorção de ativos e passivos provenientes da Smiles S.A. Vale destacar que o ciclo financeiro padrão da venda de milhas permite que a Smiles receba de parceiros antes do desembolso de caixa referente ao resgate de milhas, com sobra de estrutural de capital de giro, explicando a tendência de aumento do índice, se isoladas para análise as razões operacionais.

#	Descritivo	2020	2019	2018
(1)	Ativo circulante	2.437.306	2.763.448	2.365.789
(2)	Passivo circulante	1.472.700	1.321.534	1.347.684
(1/2)	Liquidez corrente	1,65	2,09	1,76

Índice Dívida Líquida / Patrimônio Líquido

A Administração da Smiles monitora, como indicador adicional de alavancagem/endividamento, o índice de dívida líquida, conforme calculado abaixo:

#	(R\$ Milhões)	2020	2019	2018
(1)	Passivo circulante e não circulante	1.994.632	1.679.248	1.620.898
(2)	Receita diferida circulante e não circulante	1.553.977	1.176.397	1.020.795
(3) = (1) - (2)	Dívida líquida	440.655	502.851	600.103
(4)	Patrimônio líquido	1.350.328	1.205.335	1.014.230
(5) = (1 / 4)	Alavancagem financeira	1,48	1,39	1,60
(5) = (3 / 4)	Alavancagem financeira líquida	0,33	0,42	0,59

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem financeira foi de 1,48 com o aumento do passivo circulante e não circulante. A alavancagem financeira líquida foi de 0,33 devido a um aumento do Patrimônio Líquido de cerca de R\$ 144.993 mil comparado ao ano de 2019. O aumento de impostos diferidos referem-se a créditos fiscais extemporâneos de IR, CSLL e PIS e COFINS no período.

Estrutura de capital

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um passivo total de R\$ 3.344.960 mil, representado por 40,37% de capital próprio e 59,63% de capital de terceiros, composto principalmente pela receita diferida. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o passivo total totalizava R\$ 2.635.128 mil, representado por 1,7% de capital próprio e 97,3% de capital de terceiros, também oriundo majoritariamente de "receita diferida".

- (i) hipótese de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das legalmente previstas.

- (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Considerando que nosso estatuto social não prevê hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, não há uma fórmula de cálculo do valor de resgate, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa total, assim como saldos de nossas contas a receber. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossas operações com parceiros não aéreos, companhias aéreas parceiras e operadoras de cartões de crédito. Nossos recebíveis são de alta liquidez, demonstrando uma alta capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Adiantamentos de Clientes referem-se às transações de venda antecipada de milhas a parceiros, ainda não designadas a um participante do programa, as quais representaram 0,2%, 0,7% e 6,1% do passivo e do patrimônio líquido em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Em 2017, o saldo ao fim do exercício era referente à vendas antecipadas de milhas ao Santander efetuadas no início do exercício. Em 2018, o saldo ao fim do exercício era referente à vendas antecipadas de milhas ao Santander e Levelo.

No exercício social encerrado em 2020, o índice de cobertura do passivo atingiu, conforme calculado abaixo, 0,36x, diminuindo em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, de 0,70x. Já o índice de cobertura do passivo circulante no exercício social encerrado em 2020 atingiu 0,49, comparado a 0,89 no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2019.

No exercício social encerrado em 2018, o índice de cobertura do passivo atingiu 0,42, conforme calculado abaixo, enquanto o índice de cobertura de passivo circulante foi de 0,50, com a incorporação de ativos e passivos provenientes da Smiles S.A., principalmente saldo de caixa e "Receitas Diferidas".

#	(R\$ Milhões)	2020	2019	2018
(1)	Caixa e depósitos bancários e Equivalentes de caixa	735.148	1.173.915	675.310
(2)	Passivo circulante e não circulante	1.994.632	1.679.248	1.620.898
(3)	Passivo circulante	1.472.700	1.321.534	1.347.684
(4) = (1 / 2)	Índice de cobertura do passivo	0,36	0,70	0,42
(5) = (1 / 3)	Índice de cobertura do passivo circulante	0,49	0,89	0,50

A Smiles acredita que o fluxo de caixa proveniente da venda de milhas usual será suficiente para cobrir as obrigações financeiras, em especial quando é considerado que seu custo de resgate de passagens Gol (70% do custo com resgates) pode ser deduzido da cifra de 'Adiantamentos a fornecedores', sem efeito negativo de caixa.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Com exceção da destinação dos recursos do IPO, a principal fonte de financiamento de capital de giro da Smiles é o próprio fluxo de caixa de milhas vendidas, porém não resgatadas. Não temos, portanto, passivos financeiros assumidos para o financiamento do capital de giro. Adicionalmente, não existem investimentos relevantes em ativos não circulantes que utilizem tais fontes de financiamento.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Smiles não pretende utilizar de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes para cobertura de deficiências de liquidez. O modelo de negócios da Smiles apresenta tendência de ampla capacidade de geração de caixa, resultando em capital de giro positivo (que abrange o financiamento operacional pelos nossos Parceiros) e baixos índices de alavancagem, permitindo um acesso amplo a diversas fontes de financiamento, caso necessário.

Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Smiles finalizou o exercício social de 2018, 2017 e 2016 com endividamento bancário nulo.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ao final do exercício social dos anos de 2020, 2019 e 2018, a Smiles não possuía contratos de empréstimo e financiamentos.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, assim como em 2019 e 2018, a Smiles não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, salvo pelos contratos de Parceria Comercial, tendo como principal objetivo a venda de milhas. A Smiles acredita possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras.

Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Smiles, sendo que a série de debêntures emitida e já quitada de forma integral, e em conjunto com outros passivos da Smiles, pode ser considerada quirografária.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As debêntures de 1a Emissão, cuja escritura previa hipóteses de vencimento antecipado, foram quitadas durante o exercício de 2015, sem contração de novas dívidas bancárias até 31 de dezembro de 2017.

Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Até 31 de dezembro de 2020, não possuíamos limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras neste item são derivadas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da Smiles Fidelidade S.A. e de 2017 da Smiles Fidelidade (Pró forma), as quais foram elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Adicionalmente, as informações financeiras são sempre demonstradas de forma consolidada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA SMILES S.A. DE 2020 E 2019:

Demonstração do Resultado do exercício (R\$ milhares)	2020	2019
Lucro bruto		
Receita líquida	572.916	1.051.124
Custos operacionais	-99.078	-73.466
Total lucro bruto	473.838	977.658
Despesas operacionais		
Despesas comerciais	-108.612	-127.943
Despesas administrativas	-159.716	-131.407
Outras receitas, líquidas	4.743	47.535
Total despesas operacionais	-263.585	-211.815
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	210.253	765.843
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	89.503	125.455
Despesas financeiras	-13.295	-4.273
Variação cambial, líquida	2.049	4.669
Total resultado financeiro	78.257	125.851
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	288.510	891.694
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-88.960	-168.785
Diferidos	-3.593	-96.184
Total imposto de renda e contribuição social	-92.553	-264.969
Lucro líquido do exercício	195.957	626.725

COMPARAÇÃO ENTRE RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 572.916 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 diminuindo 45,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro 2019 (R\$ 1.051.124 mil).

A receita líquida da Smiles, que é proveniente, principalmente, do resgate de prêmios pelo cliente quando da troca de suas milhas por passagens aéreas da GOL e de outras companhias aéreas parceiras, ou ainda por produtos e serviços dos parceiros comerciais e financeiros diminuiu R\$ 478.208 mil, ou 45,4%, para R\$ 572.916 mil em 2020, comparada com R\$ 1.051.124 mil em 2019.

A Receita Líquida da Smiles é composta por (i) Receita de Resgate de Milhas, (ii) Receita de Breakage e milhas expiradas, (iii) Outras Receitas Operacionais e (iv) Impostos Incidentes. As receitas (ou redutores de receita) podem ser explicadas conforme abaixo:

(i) Receita de Resgate de Milhas

A Smiles apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 uma Receita com resgate de milhas de R\$ 396.794 milhões, comparada a R\$ 866.955 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou 54,2% de diminuição comparativamente.

(ii) Receita de Breakage e de milhas expiradas

Para o cálculo do breakage, a Smiles considera o montante de milhas expiradas nos últimos doze meses. Tal cálculo considera o acúmulo de milhas, a taxa média histórica de breakage e a proporção dos resgates realizados até o momento do reconhecimento. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa. A política do Programa de milhagens Smiles prevê o cancelamento das milhas presentes nas contas dos clientes após 36 meses, com exceção dos clientes Ouro e Diamante cujo prazo de expiração é de 48 e 60 meses, respectivamente.

A estimativa de taxa de breakage utilizada pela Smiles para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 15,45% comparado a 15,90% em dezembro de 2019. A receita de breakage/receita de milhas expiradas totalizou R\$ 225.261 mil, versus R\$ 262.013 mil no exercício de 31 de dezembro de 2019. Embora a taxa de breakage tenha reduzido, houve uma recomposição no preço médio do estoque de milhas, com a adoção de uma estratégia menos agressiva em bonificação.

(iii) Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais referem-se principalmente à taxa de administração do programa de relacionamento Smiles, taxa de cancelamento com as companhias aéreas internacionais, taxa de convênio e cartão co-branded. Em 2020, as outras receitas operacionais somaram R\$ 11.415 mil, uma diminuição de 53,4% em comparação ao total do ano de 2019 de R\$ 24.477 mil.

(iv) Impostos Incidentes

Os impostos sobre a receita são predominantemente compostos pelo PIS/COFINS. O total de Impostos redutores da receita bruta da Smiles em 2020 foi de R\$ 60.554 mil uma diminuição versus R\$ 102.318 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

CUSTO OPERACIONAIS

Os Custos operacionais são compostos, em grande parte, por custos relacionados a serviços de informática, depreciação e amortização, entre outros. No exercício social de 2020, os Custos operacionais somaram R\$ 99.078 mil, enquanto em 2019 foram de R\$ 73.466 mil, um crescimento de 34,9%.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais encerraram o ano de 2020 totalizando R\$ 263.585 mil, comparado a R\$ 211.815 mil em 2019, uma evolução de 24,4%. As despesas operacionais da Smiles incluem despesas comerciais, despesas administrativas e outras despesas operacionais.

Despesas Comerciais: as despesas comerciais totalizaram R\$ 108.612 mil milhões no ano de 2020, comparado a R\$ 127.943 milhões em 2019, uma redução de 15,1%. Essa despesa é composta por despesas comerciais e publicidade, despesas com pessoal e com call center.

Despesas Administrativas: as despesas administrativas atingiram R\$ 159.716 mil em 2020 versus R\$ 131.406 mil no ano de 2019. Essa despesa é composta por despesas com pessoal, prestação de serviços e serviços de informática, além das despesas referentes aos serviços compartilhados.

Outras receitas/despesas operacionais: As outras receitas/despesas operacionais em 2020 somaram R\$ 4.743 mil com impacto positivo (contabilizados em outras despesas/receitas operacionais) provenientes do reconhecimento de créditos de insumos gastos nos últimos 5 anos, antes caracterizado como despesa administrativa. Em 2019, esta linha totalizou R\$ 47.534 mil.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício social de 2020 o resultado financeiro totalizou R\$ 78.257 mil, uma redução de 37,8% em comparação ao ano de 2019, que foi de R\$ 125.851 mil.

As receitas financeiras de 2020 somaram R\$ 89.503 mil comparado a R\$ 125.455 mil em 2019, uma queda de 28,7%. A redução nesta rubrica se deve, em grande parte, à amortização de tranches de compras antecipadas de passagens aéreas com a Gol remunerados a uma taxa média menor do que as tranches mais antigas e à queda da taxa de juros básicas e, conseqüentemente, menor retorno dos investimentos do caixa da empresa.

As despesas financeiras atingiram R\$ 13.295 mil em 2020 comparado a R\$ 4.273 mil em 2019, um aumento de 211,1%.

O resultado com variação cambial é fruto, principalmente, da flutuação cambial durante o ano. Essa despesa com variação cambial resulta de itens do passivo 'Contas a pagar' em moeda estrangeira, integrante do item 'Fornecedores', e é fruto do custo de emissão de passagens aéreas internacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA SMILES S.A. DE 2019 E 2018:

Demonstração do Resultado do exercício (R\$ milhares)	2019	2018	AH 2019 vs 2018
Lucro bruto			
Receita líquida	1.051.124	987.444	6,4%
Custos operacionais	-73.466	-58.386	25,8%
Total lucro bruto	977.658	929.058	5,2%
Despesas operacionais			
Despesas comerciais	-127.943	-112.524	13,7%
Despesas administrativas	-131.407	-112.671	16,6%
Outras receitas, líquidas	47.535	38.106	24,7%
Total despesas operacionais	-211.815	-187.089	13,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	765.843	741.969	3,2%
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	125.455	220.628	-43,1%
Despesas financeiras	-4.273	-2.326	83,7%
Variação cambial, líquida	4.669	3.223	44,9%
Total resultado financeiro	125.851	221.525	-43,2%
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	891.694	963.494	-7,5%
Imposto de renda e contribuição social	-264.969	-317.652	-16,6%
Lucro líquido do exercício	626.725	645.842	-3,0%

COMPARAÇÃO ENTRE RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Smiles, que é proveniente, principalmente, do resgate de prêmios pelo cliente quando da troca de suas milhas por passagens aéreas da GOL e de outras companhias aéreas parceiras, ou ainda por produtos e serviços dos parceiros comerciais e financeiros aumentou R\$ 63.680 mil, ou

6,4%, para R\$ 1.051.124 mil em 2018, comparada com R\$ 987.444 mil em 2018. O acréscimo nas receitas líquidas é decorrente do crescimento de resgate de milhas ao longo do ano.

A Receita Líquida da Smiles é composta por (i) Receita de Resgate de Milhas, (ii) Receita de Breakage e milhas expiradas, (iii) Outras Receitas Operacionais e (iv) Impostos Incidentes. As receitas (ou redutores de receita) podem ser explicadas conforme abaixo:

(i) Receita de Resgate de Milhas

A Smiles apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 uma Receita com resgate de milhas de R\$ 2.246,5 milhões, comparada a R\$ 1.953,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou 15% de aumento comparativamente.

(ii) Receita de Breakage e de milhas expiradas

Para o cálculo do breakage, a Smiles considera o montante de milhas expiradas nos últimos doze meses. Tal cálculo considera o acúmulo de milhas, a taxa média histórica de breakage e a proporção dos resgates realizados até o momento do reconhecimento. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico, e tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita deste programa. A política do Programa de milhagens Smiles prevê o cancelamento das milhas presentes nas contas dos clientes após 36 meses, com exceção dos clientes Ouro e Diamante cujo prazo de expiração é de 48 e 60 meses, respectivamente.

A estimativa de taxa de breakage utilizada pela Smiles para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 15,90% comparado a 17,5% em dezembro de 2018. A receita de breakage/receita de milhas expiradas totalizou R\$ 262.013 mil, versus R\$258.314 mil no exercício de 31 de dezembro de 2018. Embora a taxa de breakage tenha reduzido, houve uma recomposição no preço médio do estoque de milhas, com a adoção de uma estratégia menos agressiva em bonificação.

(iii) Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais referem-se principalmente à taxa de administração do programa de relacionamento Smiles, taxa de cancelamento com as companhias aéreas internacionais, taxa de convêniência e cartão co-branded. Em 2019, as outras receitas operacionais somaram R\$ 24.477 mil, um aumento de 17,8% em comparação ao total do ano de 2018 de R\$ 21.434 mil.

(iv) Impostos Incidentes

Os impostos sobre a receita são predominantemente compostos pelo PIS/COFINS. O total de Impostos redutores da receita bruta da Smiles em 2019 foi de R\$ 102.318 mil um aumento versus R\$97.988 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CUSTO OPERACIONAIS

Os Custos operacionais são compostos, em grande parte, por custos relacionados a serviços de informática, depreciação e amortização, entre outros. No exercício social de 2019, os Custos operacionais somaram R\$ 74.452 mil, enquanto em 2018 foram de R\$58.386 mil, um crescimento de 25.8%.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais encerraram o ano de 2019 totalizando R\$ 211.115 mil, comparado a R\$187.089 mil em 2018, uma evolução de 13,2%. As despesas operacionais da Smiles incluem despesas comerciais, despesas administrativas e outras despesas operacionais.

Despesas Comerciais: as despesas comerciais totalizaram R\$ 127.943 mil milhões no ano de 2019, comparado a R\$112.524 milhões em 2018, um aumento de 13,7%. Essa despesa é composta por despesas comerciais e publicidade, despesas com pessoal e com call center.

Despesas Administrativas: as despesas administrativas atingiram R\$ 131.406 mil em 2019 versus R\$112.671 mil no ano de 2018. Essa despesa é composta por despesas com pessoal, prestação de serviços e serviços de informática, além das despesas referentes aos serviços compartilhados.

Outras receitas/despesas operacionais: As outras receitas/despesas operacionais em 2019 somaram R\$ 47.534 mil com impacto positivo (contabilizados em outras despesas/receitas operacionais) provenientes do reconhecimento de créditos de insumos gastos nos últimos 5 anos, antes caracterizado como despesa administrativa. Em 2018, esta linha totalizou R\$ 38.106 mil.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício social de 2019 o resultado financeiro totalizou R\$ 125.851 mil, uma redução de 43,2% em comparação ao ano de 2018, que foi de R\$ 221.525 mil.

As receitas financeiras de 2019 somaram R\$ 125.455 mil comparado a R\$ 220.628 mil em 2018, uma queda de 43,1%. A redução nesta rubrica se deve, em grande parte, à amortização de tranches de compras antecipadas de passagens aéreas com a Gol remunerados a uma taxa média menor do que as tranches mais antigas e à queda da taxa de juros básicas e, conseqüentemente, menor retorno dos investimentos do caixa da empresa.

As despesas financeiras atingiram R\$ 4.273 mil em 2019 comparado a R\$ 2.356 mil em 2018, um aumento de 83,7%.

O resultado com variação cambial é fruto, principalmente, da flutuação cambial durante o ano. Essa despesa com variação cambial resulta de itens do passivo 'Contas a pagar' em moeda estrangeira, integrante do item 'Fornecedores', e é fruto do custo de emissão de passagens aéreas internacionais.

Anexo II -Destinação do Lucro Líquido
(Informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro Líquido	R\$195.956.724,38
---------------	-------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos (obrigatório) e JCP (incluindo JCP líquidos já pagos)	R\$47.252.176,61
Valor por ação ordinária dos dividendos propostos ^{1; 2}	0,3805781 ^{1; 2}

1 Este valor poderá ser alterado em caso de aumento/diminuição do número de ações em circulação até a data ex-dividendos.

2 Este valor considera o número de ações na presente data.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	24,11%
Percentual do lucro líquido após reserva legal	25,38%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas da Companhia, no valor total de R\$500.000.000,00 com base em lucro de exercícios anteriores:

Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	R\$500.000.000,00
Valor por ação ordinária dos dividendos propostos ^{1; 2}	R\$ 4,0270958 ^{1; 2}

1 Este valor poderá ser alterado em caso de aumento/diminuição do número de ações em circulação até a data ex-dividendos.

2 Este valor considera o número de ações na presente data.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve incidência de juros/correção sobre o valor de dividendos.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos	Não houve
Juros sobre capital próprio (valor bruto)	R\$ 53.945.960,00

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendos	Não Aplicável	
	Valor	Data de Pagamento
Juros sobre capital próprio (valor bruto)	R\$ 53.945.960,00	29/01/2021

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro (Prejuízo) Líquido	Lucro (Prejuízo) por ação ordinária
2020 ¹	R\$ 195.956.724,38	R\$ 1,578
2019 ¹	R\$ 626.725.276,93	R\$ 5,047
2018 ¹	R\$ 645.842.004,00	R\$ 5,207

1 Para fins do cálculo, consideramos a quantidade de ações em que se divide o capital social na presente data.

(b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício de referencia	Dividendos		Juros Sobre Capital Próprio (valor bruto)	
	Total (R\$)	Por Ação	Total (R\$)	Por Ação
2018 ¹	R\$ 408.350.591,08	R\$ 3,292	R\$ 43.491.035,45	R\$ 0,351
2019 ¹	R\$ 103.681.890,48	R\$ 0,835	R\$ 50.963.010,41	R\$ 0,410
2020 ¹	N/A	N/A	R\$ 53.945.960,00	R\$ 0,434

1 Já considera a presente proposta de distribuição de dividendos, cujo valor por ação está sujeito a alterações do número de ações em circulação até a data ex-dividendos.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Reserva Legal	R\$ 9.797.836,22
---------------	------------------

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro Líquido	R\$195.956.724,38
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	R\$9.797.836,22

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 30. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações; e

c) o percentual necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º. O dividendo mínimo obrigatório não deverá ser pago aos acionistas com relação ao exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia, desde que atendido o previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá pagar a seus acionistas, com a aprovação do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.429/95 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, os quais podem ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório. Qualquer pagamento em conformidade com o disposto neste parágrafo deverá integrar, para todos os fins, o valor dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Parágrafo 4º. Dividendos e juros sobre o capital próprio não percebidos no prazo de 3 (três) anos da data de sua disponibilização aos acionistas serão revertidos à Companhia.

Parágrafo 5º. O Conselho de Administração poderá levantar balanços em qualquer espaço de tempo para o fim de promover distribuições de juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão sempre ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

(a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

(a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

(c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

(a) Identificar o montante da retenção

R\$132.212.928,16

(b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Ver **Anexo III**.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

(a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

(b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Anexo III – Proposta de Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2021 a 2024

Fonte	R\$132.212.928,16
Retenção de lucros relativos ao exercício de 2020 (art. 196 da Lei das S.A.)	R\$132.212.928,16

Aplicações **R\$132.212.928,16**

A administração da Companhia avalia como atraentes as perspectivas de desenvolvimento futuro da indústria de viagens e entretenimento, em especial no Brasil, onde detém uma plataforma de clientes e parceiros comerciais capazes de viabilizar a captura deste potencial econômico identificado.

Tendo como base:

1. Perfeita aderência ao plano de crescimento da Companhia que estabelece objetivos empresariais claros para os próximos 5 anos;
2. Indicações de que o já competitivo mercado de programas de fidelidade/milhagem deve passar por movimentos mais acirrados de disputa por clientes e participação de mercado;
3. Recuperação da economia brasileira, dado que o ano de 2020 o PIB negativo por conta da COVID-19, onde a retomada do nível de empregos e o controle da inflação deve estimular de forma positiva a demanda agregada da economia com reflexos também positivos nos setores de viagens, aviação, e cartões de crédito, sendo estes os mais relevantes para a Companhia.; e
4. Notificação recebida pela Companhia em outubro de 2018 referente a não-renovação de seu principal contrato comercial de fornecimento de passagens aéreas.

O montante destinado a reserva de retenção de lucros poderá ser utilizado para, dentre outros projetos: (i) investir em projetos, iniciativas e oportunidades que contribuam na efetiva execução e melhoria das linhas de negócio e do ecossistema em que opera a Companhia; (ii) defender a posição de mercado da Companhia; (iii) criar valor para a Companhia e seus acionistas; (iv) investir em eventuais oportunidades de contratação de passagens aéreas e de outros serviços relacionados ao transporte aéreo de passageiros; bem como (v) implementar novos projetos comerciais.

Anexo IV - Itens 12.5/12.10 do Formulário de Referência
Informações sobre os candidatos indicados pela Administração da Companhia
(Conforme Artigo 10 da Instrução CVM 481/09)

12.5. Em relação aos candidatos a membros do Conselho de Administração, indicar:

12.5 (a) Nome	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PAULO SÉRGIO KAKINOFF	RICARDO CONSTANTINO	ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI	ANDRÉ COJI
12.5 (b) Data de Nascimento	12/08/1968	06/09/1974	27/02/1963	21/02/1973	04/02/1964
12.5 (c) Profissão	Empresário	Administrador de Empresas	Empresário	Economista	Administrador de Empresas
12.5 (d) CPF ou número do passaporte	417.942.901-25	194.344.518-41	546.988.806-10	842.116.017-68	051.271.338-30
12.5 (e) Cargo eletivo a ser ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração	Membro Efetivo e Independente do Conselho de Administração
12.5 (f) Data prevista para eleição	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021
12.5 (g) Data prevista para posse	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021	30/04/2021
12.5 (h) Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
12.5 (i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Auditoria e Finanças, do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e Comitê de Estratégia.	N/A	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e do Comitê de Estratégia.	Membro do Comitê de Estratégia.	Membro Efetivo do Comitê Independente de Partes Relacionadas, do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê de Estratégia.
12.5 (j) Candidato foi indicado pelo controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12.5 (k) Membro independente/ critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não. Critério conforme Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.	Não. Critério conforme Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.	Não. Critério conforme Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.	Sim. Critério conforme Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.	Sim. Critério conforme Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3.
12.5 (l) Número de mandatos consecutivos	9 mandatos consecutivos caso eleito	2 mandatos consecutivos caso eleito	9 mandatos consecutivos caso eleito	2 mandatos consecutivos caso eleito	2 mandatos consecutivos caso eleito

12.5 (a) Nome	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PAULO SÉRGIO KAKINOFF	RICARDO CONSTANTINO	ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI	ANDRÉ COJI
12.5 (m) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve
12.6 Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo no último exercício	100%	100%	100%	100%	100%
12.7 Indicar se é membro de algum dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Membro do Comitê de Auditoria e Finanças, do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e Comitê de Estratégia.	N/A	Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e do Comitê de Estratégia.	Membro do Comitê de Estratégia.	Membro Efetivo do Comitê Independente de Partes Relacionadas, do Comitê de Auditoria e Finanças e do Comitê de Estratégia.

12.5 (a) Nome	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PAULO SÉRGIO KAKINOFF	RICARDO CONSTANTINO	ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI	ANDRÉ COJI
12.8 Percentual de participação nas reuniões do comitê que faz parte após a posse no cargo no último exercício	100%	N/A	100%	100%	100%
12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos e (a) outros candidatos; (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia	Constantino de Oliveira Junior, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são irmãos e também membros do Conselho de Administração da Companhia e da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	N/A	Constantino de Oliveira Junior, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino são irmãos e também membros do Conselho de Administração da Companhia e da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	N/A	N/A

12.5 (a) Nome	CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR	PAULO SÉRGIO KAKINOFF	RICARDO CONSTANTINO	ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI	ANDRÉ COJI
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	<p>a) Não aplicável</p> <p>b) Participa da gestão e administração da controladora da Companhia, Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., e exerce papel de orientação e gestão dos executivos da Companhia.</p> <p>c) Não aplicável</p>	<p>a) Não aplicável</p> <p>b) Participa da gestão e administração da controladora da Companhia, Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.</p> <p>c) Não aplicável</p>	<p>a) Não aplicável</p> <p>b) Participa da gestão e administração da controladora da Companhia, Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., e exerce papel de orientação e gestão dos executivos da Companhia.</p> <p>c) Não aplicável</p>	N/A	N/A

CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR

O Sr. Constantino de Oliveira Junior cursou administração de empresas pela Universidade do Distrito Federal e participou do Programa Executivo de Gestão Corporativa da Association for Overseas Technical Scholarships. É o Presidente do Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (controladora da Smiles) desde 06 de julho de 2012, tendo sido Diretor-Presidente e membro do Conselho de Administração, cumulando ambas as funções, de março de 2004 a julho de 2012. O Sr. Constantino de Oliveira Junior é também, desde 2001, membro do Conselho de Administração e da Gol Linhas Aéreas S.A. (atual denominação da VRG Linhas Aéreas S.A., controlada pela Gol, sucedeu a Gol Transportes Aéreos S.A. em virtude da incorporação realizada em 30 de setembro de 2008), tendo sido Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas S.A. (atual denominação da VRG Linhas Aéreas S.A.) entre 2001 a 02 de julho de 2012. O Sr. Constantino de Oliveira Junior introduziu o conceito de "custo baixo, tarifa baixa" na aviação civil brasileira e foi escolhido como "Executivo de Valor" em 2002 e 2001 pelo jornal Valor Econômico, e como "Executivo Líder" no setor de logística em 2003 pelo jornal Gazeta Mercantil, e em 2008, foi nomeado "Executivo Ilustre" na categoria Transporte Aéreo na premiação GALA (Galería Aeronáutica Latinoamericana), patrocinada pela

IATA. Antes de ingressar na GOL, Sr. Constantino de Oliveira participou como diretor do Grupo Comporte (1994-2000). Atualmente, o Sr. Constantino de Oliveira Junior é integrante da Diretoria do Grupo Comporte, controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%, membro do conselho de administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e da Gol Linhas Aéreas S.A. (atual denominação da VRG Linhas Aéreas S.A.), ambas fazem parte do grupo econômico Companhia. O Sr. Constantino de Oliveira Junior tem 25,00% de cotas do Fundo de Investimento em Participações Volluto, que detém participação de 61,2% da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

O Sr. Constantino de Oliveira Júnior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, e ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, foi declarado que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

O Sr. Paulo Sergio Kakinoff assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Gol em julho de 2012, tendo sido membro independente do Conselho de Administração da Gol de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. O Sr. Paulo Kakinoff foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, ocupou o cargo de Vice Presidente da ABEIVA – Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores e de membro do Conselho da Volkswagen Participações até junho de 2012.

O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, e ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, foi declarado que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

RICARDO CONSTANTINO

O Sr. Ricardo Constantino é membro do Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.. Adicionalmente, ocupa o cargo de Diretor Geral do Grupo Comporte desde 1994. O Sr. Ricardo Constantino é membro

do Conselho de Administração da BR Vias S.A. e da Global Aviation S.A, empresas que atuam no setor de transportes. É o diretor geral da Agrodiesel S.A., empresa que presta serviços de suporte de suprimentos para todo o Grupo Comporte. O Sr. Ricardo Constantino tem 25,00% de cotas do Fundo de Investimento em Participações Volluto, que detém participação de 61,2% da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. Nenhuma das empresas mencionadas acima, com exceção da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., fazem parte do grupo econômico da Companhia, e todas, com exceção da Global Aviation S.A., são controladas por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5%.

O Sr. Ricardo Constantino declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, e ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, foi declarado que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI

O Sr. Rogério Rodrigues Bimbi é economista e foi Diretor de Crédito na Losango – HSBC pelo período de agosto de 1998 até julho de 2007, quando, em agosto de 2007 iniciou como Sócio Polo Capital, responsável pela gestão de fundos de crédito e private equity. O Sr. Rogério Rodrigues Bimbi foi Sócio-Fundador da Ergoncredit – Fintech de crédito para pequenas e médias empresas, a partir de março de 2016. Atuou como membro do Comitê de Auditoria do Banco Pan a partir de fevereiro de 2018 até novembro de 2019. Desde julho de 2019 e maio de 2019, até o momento, o Sr. Rogério atua como membro do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal e membro do Conselho de Administração da Emgea Empresa Gestora de Ativos, respectivamente.

O Sr. Rogério Rodrigues Bimbi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, e ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, foi declarado que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

ANDRÉ COJI

O Sr. André Coji é formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. Gestor de patrimônio familiar (multi-family office) com ampla rede de relacionamento profissional. Mais de vinte anos de experiência em administração financeira e controladoria atuando

como diretor em Private Banking e Gestão Patrimonial Familiar (Family Office). Dez anos no cargo de CFO da Tecnisa S.A, onde desempenhou as funções de tesouraria, controladoria, planejamento financeiro e a condução do IPO. Desde janeiro de 2019 exerce o cargo de diretor da Federação Israelita. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Via Varejo até abril de 2020, eleito subsequentemente para ocupar a posição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia. Atualmente, também ocupa a posição de Membro do Conselho Fiscal da CSN e Membro Suplente do Conselho Fiscal da B3.

O Sr. André Coji declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, mesmo que não transitada em julgado, e ainda qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adicionalmente, foi declarado que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

**Anexo V - Remuneração dos Administradores – Item 13 do Formulário de Referência
(Conforme Artigo 12, incisos I e II, da Instrução CVM 481/09)**

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria nãoestatutária:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Em decorrência da incorporação da Smiles S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.912.764/0001-20 ("Smiles"), pela Smiles Fidelidade S.A., antes Webjet Participações S.A. ("Companhia"), nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Smiles S.A. pela Webjet Participações S.A.", celebrado em 06 de junho de 2017 ("Incorporação"), a Companhia passa a adotar as práticas e políticas da Smiles, conforme abaixo. Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 17.5 do Formulário de Referência.

A política de remuneração da Companhia visa estimular e promover o alinhamento de seus administradores e funcionários, motivando sua produtividade e eficiência a fim de estimular a competitividade no mercado de atuação da Companhia. A estratégia de remuneração da Companhia ressalta a determinação em reter colaboradores talentosos e altamente motivados. Os pacotes de remuneração incluem salários competitivos e programas de participação nos lucros e resultados, além de opções de compra e subscrição de ações.

A Companhia possui um Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa responsável pela coordenação, implementação e revisão periódica das melhores práticas da governança corporativa. Tal Comitê tem como função também monitorar e manter o Conselho de Administração da Companhia informado sobre as melhores práticas de mercado e acerca da regulamentação aplicável a tais práticas e eventuais alterações. Neste sentido, o referido Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa revisa e recomenda ao Conselho de Administração da Companhia as melhores formas de remunerar seus funcionários, incluindo salário, bônus e opções de compra e/ou subscrição de ações, além de analisar os planos de carreira e de sucessão para a administração.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: O conselheiro de administração recebe honorários mensais, não tem vínculo empregatício com a Companhia e a remuneração é estabelecida em coerência com os padrões de mercado. Não há o pagamento de remuneração variável, benefícios e/ou planos de opções de compra de ações.

Comitês: A Companhia possui dois comitês estatutários (Comitê de Auditoria e Finanças e Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa). Os membros dos comitês estatutários recebem um montante, pago quando da participação nas respectivas reuniões. Não há o pagamento de remuneração variável, benefícios e/ou planos de opções de compra de ações.

Conselho Fiscal: A Companhia possui um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Os membros do Conselho Fiscal recebem um montante, pago mensalmente independentemente da participação nas respectivas reuniões. Não há o pagamento de remuneração variável, benefícios e/ou planos de opções de compra de ações.

Diretoria Estatutária: A remuneração da Diretoria é composta de:

- Salário base mensal, composto de treze remunerações mensais ao ano;
- Pacote de benefícios que inclui seguro de vida, vale-refeição, transporte, seguro de saúde, car plan e benefício milhas;
- Remuneração variável constituída e paga anualmente por meio do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, nos termos da Lei n.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000 ("PPR"). O PPR define potenciais de múltiplos de salário mensal atribuídos em função de indicadores de resultados individuais dos Diretores e globais da Companhia ("PPR de Curto Prazo"), bem como prevê uma remuneração adicional atrelada à variação monetária das ações da Companhia ("PPR de Longo Prazo"); e;
- Remuneração baseada em ações, conforme previsto no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia descrito no item 13.4 abaixo.
- Diretoria não estatutária: A política de remuneração dos diretores não estatutários é composta de:
 - Salário base mensal, composto de treze remunerações mensais ao ano;
 - Pacote de benefícios que inclui seguro de vida, vale-refeição, seguro de saúde e benefício Milhas;
 - Remuneração variável constituída e paga anualmente por meio do PPR, que engloba o PPR de Curto Prazo e o PPR de Longo Prazo; e
 - Remuneração baseada em ações, conforme previsto no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia descrito no item 13.4 abaixo.

A remuneração fixa dos diretores estatutários e não-estatutários é baseada na salário médio de mercado obtido mediante pesquisa anual efetuada por consultoria especializada, respeitando a valorização salarial progressiva para os casos de aproveitamento interno (promoções). A remuneração assim como o incentivo em ações visam incentivar os administradores a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Segue abaixo tabela com as proporções médias de cada elemento da remuneração no ano de 2020:

2020	Salário e Pró-labore	Benefícios	Remuneração por participação em Comitês	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	89,06%	0,00%	10,94%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	18,33%	1,30%	0,00%	80,37%	0,00%	100,00%
Diretoria não Estatutária	26,79%	1,65%	0,00%	71,57%	0,00%	100,00%
Comitês	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é submetida à aprovação da Assembleia Geral anualmente. No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária, a remuneração fixa mensal é corrigida em função de dissídio coletivo definido em Acordo Coletivo com o Sindicato e, eventualmente, poderá ocorrer aumento no âmbito de política salarial, definida pela Companhia, por mérito individual.

No que tange às políticas de remuneração variável de curto prazo (PPR), estimamos que o cálculo da remuneração para 2020 seja baseado no cumprimento de metas financeiras, incluindo o desempenho do resultado financeiro e das ações de emissão da Companhia, e operacionais.

No que concerne à remuneração de longo prazo, o Plano de Opções de Compra de Ações é administrado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração da Companhia.

De maneira geral, para acompanhar as melhores práticas de mercado em termos de política de atração e retenção de talentos, a Companhia realiza anualmente pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas a fim de manter a estratégia de remuneração alinhada com os objetivos do negócio, de seus funcionários e acionistas. Dessa forma, gerenciamos nossa estratégia de remuneração utilizando uma base comparativa de empresas com portes, setores e níveis de resultados semelhantes.

No que se refere aos benefícios, a Companhia realiza uma constante revisão das práticas de mercado e periodicamente, conforme adequado, efetua ajustes para alinhar a competitividade.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é composta por elementos de curto, médio e longo prazo, que garantem alinhamento de seus objetivos com os de seus funcionários e administradores, mantendo a Companhia competitiva frente ao mercado de trabalho e competidores, atraente para reter executivos e remunerar os profissionais conforme as responsabilidades atribuídas aos respectivos cargos. Dessa forma, a estratégia de remuneração da Companhia visa posicionar a remuneração fixa para seus executivos na mediana do mercado e o diferencial se dá por meio da remuneração variável de curto e longo prazo, as quais estão atreladas ao seu desempenho global e aos desempenhos individuais.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros da Administração ou de Comitês da Companhia que não sejam remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função. Para a remuneração variável, é levado em consideração o atingimento de metas corporativas e individuais.

Os principais indicadores utilizados para aferir o desempenho individual, o desempenho das áreas de trabalho e suas equipes e/ou da Companhia são baseados na metodologia de medição e gestão de desempenho denominada Balanced Scorecard. Anualmente a companhia identifica as categorias de desempenho que melhor vinculam a visão e a estratégia do negócio aos seus resultados, estabelecendo os objetivos necessários para superação das metas. Ao mesmo tempo a companhia garante a divulgação do Balanced Scorecard em todos os níveis da empresa e contrata os sistemas apropriados para coleta, análise e acompanhamento dos resultados reais com o desempenho desejado.

Ainda no âmbito do Balanced Scorecard, a Companhia utiliza como principal indicador o atingimento da meta de lucro líquido anual igual ou superior a 80% como condicionante para pagamento da remuneração variável. A performance das ações faz parte dos indicadores de desempenho. Os demais indicadores utilizados refletem a performance operacional da Companhia em áreas ligadas a acúmulo de milhas, volume de resgates, base líquida de assinantes do Clube Smiles, índice de satisfação dos clientes (NPS) e pipeline de projetos.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável de curto prazo é condicionada e determinada com base no atingimento de um conjunto de indicadores globais, tais como Lucro Líquido estabelecido para o exercício. Dessa forma, o valor global de PPR é estruturado e afetado pelo alcance destes indicadores. O incentivo de longo prazo, consistente no Plano de Opções, é atrelado à valorização das ações, à perspectiva de rentabilidade da Companhia, ao valor do patrimônio líquido por ação, ou ao valor de mercado das ações (definido como o preço de fechamento da ação no pregão anterior), admitido o ágio ou deságio em função das condições de mercado no longo prazo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A Companhia objetiva manter a remuneração de seus profissionais competitiva frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que lhe permitam atingir os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, a estratégia de remuneração da Companhia deve refletir mecanismos que estimulem a permanência dos seus profissionais no médio e longo prazo. De acordo com essa estratégia de remuneração, há um equilíbrio entre remuneração de curto prazo (salário e PPR), com base em indicadores de desempenho em bases anuais, e de médio e longo prazo (Plano de Opções) alinhados com os interesses de médio e longo prazo da Companhia.

A Companhia estimula, dessa forma, os colaboradores a atingir e superar as metas anuais que estão vinculadas ao PPR e a tomar medidas de médio e longo prazo que possam agregar valor à Companhia e que serão, conseqüentemente, refletidas na valorização das ações da Companhia no mercado, estando, portanto, associadas ao Plano de Opções.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data desta Proposta da Administração, a Companhia não possui remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Ressaltamos que, como alguns membros da administração da Companhia ocupam cargos em outras empresas do grupo econômico da Companhia, tais membros podem receber valores em decorrência de atividades que exercem nestas outras empresas, portanto, não relacionadas à Companhia. Contudo, atualmente, a Companhia não possui remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor

Não existem atualmente quaisquer remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário e/ou à efetivação de parcerias estratégicas.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

A área de Recursos Humanos e o Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa participam do processo decisório sobre a definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Smiles participa a cada dois anos de um estudo de consultoria especializada sobre Práticas de Remuneração em Conselhos de Administração e Fiscal com o objetivo de analisar e monitorar as principais mudanças que vêm ocorrendo na remuneração destes profissionais.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A cada dois anos, caso necessário, através dos resultados do estudo contratado, a Smiles realiza as adequações necessárias na política de remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2,16	0,00	7,16
Nº de membros remunerados	5	2,16	0,00	7,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.260.000,00	2.125.572,74	0,00	3.385.572,74
Benefícios direto e indireto	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
Participações em comitês	1.344.000,00	0,00	0,00	1.344.000,00
Outros	0,00	1.136.467,09	0,00	1.136.467,09
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.625.000,00	0,00	2.625.000,00
Participação de resultados	0,00	4.540.941,63	0,00	4.540.941,63
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.604.000,00	10.522.981,47	0,00	13.126.981,47

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2,16	3,00	11,16
Nº de membros remunerados	6	2,16	3,00	11,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.100.000,00	1.778.373,97	259.689,75	5.138.063,72
Benefícios direto e indireto	0,00	126.042,33	0,00	126.042,33
Participações em comitês	380.714,00	0,00	0,00	380.714,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS a cargo do empregador – R\$696.142,00	INSS a cargo do empregador – R\$ 712.937,61	INSS a cargo do empregador – R\$ 51.937,95	INSS a cargo do empregador – R\$ 1.461.017,56
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.071.207,04	0,00	4.071.207,04
Participação de resultados	0,00	3.724.963,27	0,00	3.724.963,27
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	4.176.856,00	10.413.524,22	311.627,70	14.902.007,92

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,08	3,00	12,08
Nº de membros remunerados	7,00	2,08	3,00	12,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.076.627,00	3.931.586,54	301.224,60	7.309.438,14
Benefícios direto e indireto	0,00	96.539,54	0,00	96.539,54
Participações em comitês	226.071,00	0,00	0,00	226.071,00
Outros	0,00	1.569.334,69	0,00	1.569.334,69
Descrição de outras remunerações fixas	INSS a cargo do empregador – R\$342.325,40.	INSS a cargo do empregador – R\$ 2.476.486,71	INSS a cargo do empregador – R\$ 40.163,28	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.222.980,41	0,00	1.222.980,41
Participação de resultados	0,00	9.491.113,75	0,00	9.491.113,75
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	3.250.000,00	0,00	3.250.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	960.085,13	0,00	960.085,13
Observação				
Total da remuneração	3.645.023,40	22.998.126,77	341.387,88	3.645.023,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.780.000,00	3.000.027,73	0,00	4.780.027,73
Benefícios direto e indireto	0,00	95.392,58	0,00	95.392,58
Participações em comitês	125.595,00	0,00	0,00	125.595,00
Outros	0,00	201.590,54	0,00	201.590,54
Descrição de outras remunerações fixas		INSS a cargo do empregador – R\$ 841.869,75		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.886.196,45	0,00	7.886.196,45
Participação de resultados	0,00	5.182.193,19	0,00	5.182.193,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	876.184,78	0,00	876.184,78
Observação				
Total da remuneração	1.905.595,00	18.083.455,02	0,00	19.989.050,02

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração prevista para o exercício social de 2021

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	2,16	3,00	10,16
Número de membros remunerados	5,00	2,16	3,00	10,16
Bônus (em R\$)*				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 654.103,32	N/A	R\$ 654.103,32
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 3.644.289,92	N/A	R\$ 3.644.289,92
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	R\$ 1.767.503,77	N/A	R\$ 1.767.503,77

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,67	2,75	N/A	8,42
Número de membros remunerados	5,67	2,75	N/A	8,42
Bônus (em R\$)*				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 4.071.207,04	N/A	R\$ 4.071.207,04
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 2.052.185,00	N/A	R\$ 2.052.185,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 5.162.590,64	N/A	R\$ 5.162.590,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	R\$ 3.315.787,29	N/A	R\$ 3.315.787,29
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 3.724.963,27	N/A	R\$ 3.724.963,27

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	2,08	3	12,08
Número de membros remunerados	7,00	2,08	N/A	9,08
Bônus (em R\$)*				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 7.545.454,55	N/A	R\$ 7.545.454,55
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	1.222.980,41	N/A	1.222.980,41
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 4.895.920,54	N/A	R\$ 4.895.921
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 8.979.236,60	N/A	R\$ 8.979.237
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	R\$ 6.640.731,82	N/A	R\$ 6.640.732
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	9.491.113,75	N/A	9.491.113,75

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	3,00	0,25	10,25
Número de membros remunerados	7,00	3,00	N/A	10,00
Bônus (em R\$)*				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 7.886.196,45	N/A	R\$ 7.886.196,45
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 6.816.412,42	N/A	R\$ 6.816.412
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 11.568.405,58	N/A	R\$ 11.568.406
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	R\$ 8.892.989,00	N/A	R\$ 8.892.989
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 5.182.193,19	N/A	R\$ 5.182.193,19

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Opção de Compra de Ações da Smiles Fidelidade S.A.

a. Termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de fevereiro de 2013, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opções de Compra de Ações da Smiles Fidelidade S.A. ("Plano"). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2014, foi proposta a reforma do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, a qual foi submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014. O Plano é administrado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e pelo Conselho de Administração e estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Smiles S.A. aos indivíduos selecionados, a critério do Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, desde que os escolhidos sejam nosso presidente, nossos vice-presidentes, nossos demais diretores e/ou outros empregados selecionados da Companhia ou de sociedades afiliadas, o que engloba quaisquer entidade(s) que direta ou indiretamente: (i) nos controle; (ii) seja por nós controlada; (iii) esteja sob controle comum da Companhia ou de suas controladoras; ou ainda (iv) seja a qualquer uma delas coligada, conforme assim definido no artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("Afiliadas" e "Beneficiários", respectivamente). Plano é válido por dez anos contados da data de outorga das opções.

Também foi realizada uma segunda outorga, dentro dos objetivos do Plano de Incentivo de Longo Prazo, aos executivos com aprovação em fevereiro de 2014.

O Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa estabelecerá, anualmente ou quando julgar conveniente, os critérios de outorga de opção para cada categoria de Beneficiários a fim de atingir os objetivos do Plano. Salvo se deliberado diversamente pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa ou pelo Conselho de Administração, os critérios de outorga de opção deverão estabelecer o que segue, observados os critérios gerais fixados no Plano: (i) o número máximo total de Opções a ser concedido aos Beneficiários, para cada exercício; (ii) os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano; (iii) o cálculo do Preço de Exercício das Opções, com base na disposição contida no Plano de Opções de Compra de Ações da Smiles, e as condições do seu pagamento; (iv) quaisquer restrições adicionais às previstas no Plano às ações subscritas mediante o exercício da Opção; e (v) eventuais penalidades. Além dos termos e condições gerais previstos no Plano e nos critérios de outorga de opção supracitados, os termos e condições de cada opção concedida a cada Beneficiário serão fixados mediante a celebração de instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o Beneficiário adere aos termos e condições do Plano ("Termo de Adesão").

Os Termos de Adesão serão celebrados individualmente com cada Beneficiário, podendo o Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, mediante a aprovação do Conselho de Administração, tratar de maneira diferenciada os Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra

de isonomia ou analogia, a estender a outros Beneficiários qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Beneficiários e/ou grupos de Beneficiários sujeitos às circunstâncias particulares.

Poderá, ainda, o Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa estabelecer, para casos excepcionais, um tratamento especial aos direitos resultantes das outorgas de Opções, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Beneficiários nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Beneficiários e também está sujeita à aprovação do Conselho de Administração. Ainda, poderá o Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa incluir novos Beneficiários aos Planos já aprovados e ainda vigentes, outorgando-lhes opções que entender adequadas, respeitando o número máximo total de opções anualmente estabelecido pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa e às demais condições previstas no Plano.

O Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, mediante a aprovação do Conselho de Administração, poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar à Companhia opções de recompra e/ou direito de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As opções outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, compõem a remuneração baseada em ações da Companhia, a qual não integra a remuneração total dos administradores, não se confundindo, no entanto, com sua remuneração fixa ou variável.

b. Principais objetivos do plano.

O Plano tem por objetivo permitir que as pessoas que podem ser designadas como Beneficiários, conforme selecionado e aprovado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, desde que exerçam a função de presidente, diretor e outras funções selecionados da Companhia ou de outra sociedade Afiliada ("Pessoas Elegíveis") adquiram ações com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades Afiliadas atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano consiste na outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, respeitadas regras pré-estabelecidas de preços e prazos. Há um prazo de carência para o exercício das opções. Caso os Beneficiários do Plano se desliguem da Companhia durante o prazo de carência, perdem seus direitos com relação às opções não exercíveis no momento do desligamento. Em alguns casos o Conselho de Administração pode deliberar tratamentos em exceção. Os ganhos dos Beneficiários do Plano estão diretamente relacionados à valorização das ações de emissão da Companhia após a outorga das opções e à permanência no cargo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano se insere em um contexto de alta competitividade do mercado brasileiro como uma forma de manter a remuneração dos executivos-chave da Companhia e seus principais funcionários num contexto compatível com expectativa de mercado, além de propiciar o alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os da Companhia.

A Companhia espera que as opções outorgadas tenham representação significativa na composição do total da remuneração dos administradores da Companhia, portanto, o plano atrela o desempenho individual dos administradores aos objetivos da Companhia, uma vez que os administradores têm um incentivo adicional para implementar ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia, pois valorização das ações no mercado significa aumento no seu patrimônio pessoal, além de ser um instrumento de forte poder de atração e retenção dos talentos, dadas as características do Plano.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano não tem reflexo na remuneração de curto prazo dos administradores da Companhia, vez que a política de PPR (mecanismo utilizado pela Companhia para bonificar os seus administradores no curto prazo) e o Plano são formas de remuneração independentes. Em relação aos interesses de médio e longo prazo, o Plano atua na compatibilização entre os interesses dos Beneficiários e da Companhia. É de interesse da Companhia a valorização de suas ações e, da mesma forma, é interesse dos Beneficiários a valorização das ações da Companhia, uma vez que são detentores de ações. Desse modo, todos trabalham juntos para o crescimento do valor da empresa no mercado acionário.

f. Número máximo de ações abrangidas

As Opções outorgadas segundo o Plano de Opções de Compra de Ações da Smiles, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% das ações de emissão da Companhia. Caso as Opções outorgadas não sejam exercidas, as ações a que elas se referem não voltarão a ser computadas na quantidade de ações incluídas no Plano.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

As Opções outorgadas segundo o Plano de Opções de Compra de Ações da Smiles poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% das ações de emissão da Companhia, quantidade que, na presente data, é equivalente a 6.207.948 ações, conforme critérios de premiação dos Beneficiários da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

A outorga de Opções aos Beneficiários deverá ocorrer na data deliberada pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa ou pelo Conselho de Administração. O Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa estabelecerá, anualmente ou quando julgar conveniente e conforme aprovação do Conselho de Administração, os Critérios de Outorga de Opção para cada categoria de Beneficiários a fim de atingir os objetivos do Plano, salvo se deliberado diversamente pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança

Corporativa ou pelo Conselho de Administração, tais quais (i) o número máximo total de Opções a ser concedido aos Beneficiários, para cada exercício; (ii) os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano; (iii) o cálculo do Preço de Exercício das Opções, com base na disposição contida no item 6 abaixo, e as condições do seu pagamento; (iv) quaisquer restrições adicionais às previstas neste Plano às ações subscritas mediante o exercício da Opções; e (v) eventuais penalidades.

Além dos termos e condições gerais previstos no Plano e nos Critérios de Outorga de Opção, os termos e condições de cada Opção concedida a cada Beneficiário serão fixados mediante a celebração de Termos de Adesão entre a Companhia e os Beneficiários.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções a serem outorgadas no ano calendário será calculado com base no preço médio, ponderado por volume, das ações da mesma espécie registrado nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga. Adicionalmente, de acordo com a alteração do Plano proposto pela Administração e aprovado pelos acionistas da Companhia em AGOE do dia 30/04/2014, o preço de exercício deverá ser ajustado por proventos, como dividendos e juros sobre capital próprio. Para a outorga relativa à abertura de capital da Companhia, deverá ser utilizado o preço registrado na oferta pública de abertura de capital. O preço de exercício será pago pelos titulares das Opções à vista, em dinheiro ou, excepcionalmente, em outras condições determinadas pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, respeitada a realização mínima prevista em lei no caso de emissão de novas ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

De acordo com o Plano original, as opções se tornavam exercíveis pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir, conforme segue: (i) 1/3 das opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (ii) 1/3 das opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; e (iii) 1/3 das opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga. Assim, o exercício da totalidade das opções concedidas somente seria permitido após o decurso de um prazo mínimo de 3 anos a contar da Data da Outorga.

De acordo com a alteração do Plano proposto pela Administração e aprovado pelos acionistas da Companhia em AGOE do dia 30/04/2014, nas outorgas realizadas após 30/04/2014, as opções se tornarão exercíveis pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas a seguir, conforme segue: (i) 1/5 (um quinto) das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/5 (um quinto) das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da Data de Outorga; (iii) 1/5 (um quinto) das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da Data de Outorga; (iv) 1/5 (um quinto) das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da Data de Outorga; e (v) 1/5 (um quinto) das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da Data de Outorga. Assim, o exercício da totalidade das Opções concedidas somente será permitido após o decurso de um prazo mínimo de 5 anos a contar da Data da Outorga.

k. Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos titulares das opções à vista, em dinheiro ou, excepcionalmente, em outras condições determinadas pelo Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa, respeitada a realização mínima prevista em lei no caso de emissão de novas ações.

I. Restrições à transferência das ações

As opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes. Nenhuma ação será entregue ao titular em decorrência do exercício das opções a não ser que todas as exigências legais e regulamentares e decorrentes do Plano tenham sido integralmente cumpridas. O Comitê de Gestão de Pessoas e Governança Corporativa poderá estabelecer restrições à transferência das ações, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do titular tenham sido originados do Plano.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por (i) decurso de prazo, (ii) decisão da assembleia geral da Companhia; (iii) reorganização societária; ou (iv) por dissolução, liquidação ou cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia.

Término por Decurso de Prazo: O término de vigência do Plano por decurso do prazo fixado de sua vigência não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente outorgadas, nem a prevalência das restrições, instituídas no Plano, à negociabilidade das ações e/ou ao direito de preferência.

Término por Deliberação dos Acionistas: O término de vigência do Plano por deliberação dos acionistas da Companhia não afetará a eficácia das opções ainda em vigor, anteriormente outorgadas, nem a prevalência das restrições, instituídas no Plano, à negociabilidade das ações e/ou ao direito de preferência.

Término por Reorganização da Companhia: Por ocasião da reorganização da Companhia, o Plano terminará e quaisquer opções até então concedidas poderão ser imediatamente exercidas em sua totalidade. Caso nos documentos deliberativos da reorganização da Companhia tenha se estabelecido por escrito, em conexão com tal transação, a permanência do Plano e a assunção das opções até então concedidas com a substituição de tais opções por novas opções, a companhia sucessora ou sua afiliada ou sociedades sob o seu controle assumirá os ajustes apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o Plano continuará na forma então prevista.

Término por Dissolução, Liquidação ou Cancelamento de Registro de Companhia Aberta: Nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, dissolução e liquidação da Companhia, o Plano e as opções com base nele concedidas serão imediatamente exercíveis em sua totalidade e eventuais opções remanescentes serão automaticamente extintas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento sem Justa Causa: Em caso de desligamento dos Beneficiários por interesse da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias contados da data do desligamento e mediante pagamento à vista.

Desligamento por Justa Causa ou por Interesse do Beneficiário: No caso do desligamento do Beneficiário ocorrer em decorrência de justa causa ou por interesse do Beneficiário, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, mas ainda não sejam exercíveis. Não obstante, caberá ao Beneficiário o direito de exercer as opções já exercíveis na data do desligamento, no dia do desligamento, e mediante pagamento à vista.

Falecimento: No caso de falecimento de um titular de opções, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, sendo que as opções se estenderão aos herdeiros ou sucessores do titular das opções, por sucessão legal ou por disposição testamentária, podendo as opções ser exercidas no todo ou em parte pelos herdeiros e/ou sucessores do titular das opções, com pagamento à vista do preço de exercício das opções, no prazo de 90 (noventa) dias contados do falecimento do Beneficiário.

Invalidez Permanente: No caso de invalidez permanente de um Beneficiário, todas as opções ainda não exercíveis tornar-se-ão imediatamente exercíveis, independentemente de aviso prévio ou indenização. As opções exercíveis deverão ser exercidas no prazo de 90 (noventa) dias contados da comunicação do desligamento por invalidez, mediante pagamento à vista do preço de exercício das opções.

Aposentadoria: No caso de aposentadoria de um Beneficiário, e conseqüente desligamento da Companhia, todas as opções não exercíveis tornar-se-ão imediatamente extintas, independentemente de aviso prévio ou indenização. As opções já exercíveis deverão ser exercidas o prazo de 90 (noventa)

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:**Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social de 2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,16
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Outorga de opções de compra de ações	N/A	1 outorga vigente
Data de outorga	N/A	3ª Outorga 06/08/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	3ª Outorga: 120.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis em sua totalidade	N/A	3ª Outorga 4 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos após a respectiva Outorga
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de ações:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	3ª Outorga: R\$ 52,67
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	3ª Outorga: R\$ 8,93
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,10%

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,67	2,75
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Outorga de opções de compra de ações	N/A	1 outorga vigente
Data de outorga	N/A	3ª Outorga 06/08/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	3ª Outorga: 120.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis em sua totalidade	N/A	3ª Outorga 4 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos após a respectiva Outorga
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de ações:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	3ª Outorga: R\$ 52,67
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	3ª Outorga: N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	3ª Outorga: R\$ 8,93
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,10%

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	2,08
Nº de membros remunerados	N/A	2,08
Outorga de opções de compra de ações	N/A	2 outorgas vigentes
Data de outorga	N/A	2ª Outorga 31/12/2013 3ª Outorga 06/08/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	2ª Outorga: 665.000 3ª Outorga: 325.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis em sua totalidade	N/A	2ª Outorga 5 anos 3ª Outorga 4 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos após a respectiva Outorga
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de ações:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	2ª Outorga: R\$ 31,28 3ª Outorga: R\$ 52,67
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	2ª Outorga: N/A 3ª Outorga: N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	2ª Outorga: 8,37 3ª Outorga: N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	2ª Outorga: N/A 3ª Outorga: N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	2ª Outorga: R\$ 4,90 3ª Outorga: R\$ 8,93
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,26%

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	3,00
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Outorga de opções de compra de ações	N/A	2 outorgas vigentes
Data de outorga	N/A	1ª Outorga em 29/04/2013 2ª Outorga 31/12/2013 3ª Outorga 06/08/2018
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1ª Outorga: 603.008 2ª Outorga: 665.000 3ª Outorga 325.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis em sua totalidade	N/A	1ª Outorga 3 anos 2ª Outorga 5 anos 3ª Outorga: 4 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos após a respectiva Outorga
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de ações:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	1ª Outorga: R\$ 21,70 2ª Outorga: R\$ 31,28 3ª Outorga: R\$ 52,67
(b) das opções perdidas durante o exercício social	N/A	1ª Outorga: N/A 2ª Outorga: N/A 3ª Outorga: N/A
(c) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	1ª Outorga: N/A 2ª Outorga: 11,72 3ª Outorga: N/A
(d) das opções expiradas durante o exercício social	N/A	1ª Outorga: N/A 2ª Outorga: N/A 3ª Outorga: N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	1ª Outorga: R\$ 4,25 2ª Outorga: R\$ 4,90 3ª Outorga: R\$ 8,93
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,26%

¹Não aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, visto que a Companhia não possuía remuneração baseada em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,00	2,16
Nº de membros remunerados	N/A	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	3ª Outorga : 60.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	2018 1º Vesting 30/12/2019 2º Vesting 30/12/2020 3º Vesting 30/12/2021 4º Vesting 30/12/2022
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 52,67
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	3ª Outorga: R\$ 33,37
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	60.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	8 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 48,42
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	8,17

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Referente ao exercício de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,0	2,16
Nº de membros remunerados	N/A	1
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Referente ao exercício de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	2,08
Nº de membros remunerados	N/A	0,66
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	13.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 8,37
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 511.290,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Referente ao exercício de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	3,0
Nº de membros remunerados	N/A	3,0
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	151.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 11,72
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 4.839.550,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação:

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção a ser exercida, volatilidade histórica e taxa de retorno livre de risco.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Plano de opção de compra de ações										
Ano da outorga da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da ação	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)	
2013	08/08/2013	1.058.043	54.003	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%		4,5
2014	04/02/2014	1.150.000	48.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%		5,0
2018	31/07/2018	1.300.000	975.000	52,67	8,93 (c)	41,28%	9,90%	6,39%		9,6
		3.508.043	1.077.053							

- (a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2013 de R\$4,84 e R\$4,20 para os períodos de *vesting* de 2013 e 2014; e, R\$ 3,73 para os períodos de *vesting* de 2015 e 2016.
- (b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2014 de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os períodos de *vesting* de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.
- (c) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2018 de R\$8,17, R\$8,63, R\$9,14, e R\$9,77 para os períodos de *vesting* de 2019, 2020, 2021 e 2022.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não aplicável.

d) forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade esperada das opções baseia-se na volatilidade histórica de 252 dias úteis do índice Bovespa.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não aplicável.

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas direta ou indiretamente por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Na Smiles Fidelidade S.A.:

Grupo e Pessoas Ligadas	Característica dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie /Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	0	0,00%	0,00%
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal ¹	Ações Ordinárias	0	0,00%	0,00%

Em 31.12.2020, a Smiles Fidelidade S.A. era controlada pela GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., que detinha 65.309.749 ações ordinárias de sua emissão. O Sr. Constantino de Oliveira Junior, em conjunto, e em proporções iguais, com o Sr. Joaquim Constantino Neto e o Sr. Ricardo Constantino, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A., controlam diretamente o Fundo de Investimento em Participações Volluto e o MOBI Fundo de Investimento em Ações, controladores da GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., possuindo respectivamente, 99,9% do total das ações ordinárias e 37,5% do total de ações preferenciais. Em 31.12.2020, com base na participação econômica, cujo cálculo considera o padrão de conversão 1 PN = 35 ON, o Fundo de Investimento em Participações Volluto e o MOBI Fundo de Investimento em Ações detinham, 23,0% e 28,9%, respectivamente. Em 31.01.2020, a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("GOL") aportou ao capital social de sua subsidiária GOL Linhas Aéreas S.A. ("GLA") a totalidade das ações de emissão da Smiles Fidelidade S.A. ("Smiles") de sua titularidade. Dessa forma, a SMILES passa a ser controlada diretamente pela GLA e indiretamente pela GOL.

Na GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Grupo e Pessoas Ligadas ¹	Característica dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie /Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	385	0,00%	0,00%
	Ações Preferenciais	3.106.396	1,13%	0,10%
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00%	0,00%
	Ações Preferenciais	0	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00%	0,00%
	Ações Preferenciais	38.986	0,00%	0,00%

¹As ações diretamente detidas pelos cotistas (pessoas físicas: Constantino de Oliveira Júnior, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino) do Fundo de Investimento e Participações Volluto, MOBI Fundo de Investimento em Ações e da Aller Participações S/A estão classificadas na rubrica referente ao Conselho de Administração.

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não possui planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,16	2,08	3,00	6,00	7,00	7,00	3,00	3,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,16	2,08	3,00	6,00	7,00	7,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneração	6.767.018,00	13.383.075,62	11.619.648,70	726.611,00	541.746,00	358.611,00	86.563,25	100.408,20	0,00
Valor da menor remuneração	1.079.863,39	2.373.963,10	4.080.635,52	80.000,00	80.000,00	100.000,00	86.563,25	100.408,20	0,00
Valor médio da remuneração	3.233.528,87	11.056.791,72	6.027.818,34	325.071,40	471.814,00	291.366,14	86.563,25	100.408,20	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2020
Conselho de Administração	42,09%
Conselho Fiscal	0%
Diretoria Estatutária	0%

	2019
Conselho de Administração	42,09%
Conselho Fiscal	0%
Diretoria Estatutária	0%

	2018
Conselho de Administração	45%
Conselho Fiscal	0%
Diretoria Estatutária	0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, dado que os membros de diretoria e Conselho de Administração da Companhia não receberam quaisquer valores que não aqueles em decorrência da função ocupada.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras informações relevantes

Não há.